

Corações quando não maltratados chegaram a ser arrancados na nossa sociedade.



DIÁLOGOS Sobre Viver Trans

MONITORAMENTO

**Assassinatos e Violação de
Direitos Humanos**

de Pessoas Trans no Brasil



**Dossiê
2018**

Diálogos Sobre Viver Trans

MONITORAMENTO
Assassinatos e Violação de Direitos Humanos
de Pessoas Trans no Brasil

Dossiê
2018

Copyright © 2019 by Rede Trans Brasil

A distribuição deste material é gratuita e sua reprodução total ou parcial é permitida, desde que citada a referência.

Organização:

Tathiane Araújo

Cauã Cintra

Flavio Brebis

Isabella Santorinne

Colaboradoras e Colaboradores:

Atena Beauvoir Roveda

Dediane Souza

Luca H. Alves

Nathália Vasconcellos

Rafael Carmo Ramos

Rebecka de França

Thiago Ribeiro Costa

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL (REDE TRANS BRASIL).
Diálogos Sobre Viver Trans – Monitoramento: Assassinatos e Violação de
Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê, 2018.

1. Pessoas Trans 2. Monitoramento 3. Assassinatos e Violação de
Direitos Humanos.

I. Título.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil

2019



Presidenta

Tathiane Araújo

Vice-Presidenta

Marcelly Malta

Secretaria Geral

Jade Soares

Tesouraria

Jeany Martins

Secretaria de Comunicação

Vacante

(Aguardando assembleia para eleição)

Secretaria do Norte

Heitor Sebastian

Secretaria do Nordeste

Andrezza Bellushi

Secretaria do Centro-Oeste

Cristiany Beatriz

Secretaria do Sudeste

Isabelly Carvalho

Secretaria do Sul

Luana de Jesus

Conselho Fiscal

Millena Passos

Samilla Marques

Heymilly Maynard

COORDENAÇÕES EXECUTIVAS

Coordenação Gênero Masculino – Núcleo de Homens Trans

Cauã Cintra

Coordenação Gênero Feminino

Adriana Rodrigues

Coordenação de Educação

Roberta Fernandes

Coordenação de Raça e Etnia

Rafael Carmo

Coordenação de Cultura

Samilla Marques

Coordenação de Pessoas Trans Positivas

Fabiola Silva

Coordenação da Juventude

Nícolas Augusto

Coordenação Trabalho e Inclusão

Rebecka de França

Coordenação de Saúde

Isabella Santorinne

Coordenação da Pessoa Idosa

Sissy Kelly

Coordenação de Advocacy e Relações Parlamentares

Amanda Anderson

Coordenação de Segurança Pública e Judiciário

Dediane Souza

TRANSPHOÉTICA

Atena Beauvoir Roveda¹

*Ensino Existencialismo para outras existências,
Eu afirmo com JP Sartre, o destino é escrito com sua caneta,
E por isso aspiro poesia,
Cada verso e linha é rasgar o véu do futuro,
Com minhas unhas que não são postiças.*

*Muita gente afirma que eu não sou mulher de verdade,
É que nunca houve uma verdade sobre a mulher,
Senão aquela que o homem decidiu quem ela é.*

*A revolução feminina começa na existência,
Passa o corpo, transpassa as vestes,
Trespasa a aparência,
Ser hoje, mulher, não é só sangrar mensalmente,
Às vezes é ter as suas, sangrando, num beco escuro,
De uma viela esquecida, fria e ausente.*

*Minha poesia está pingando sangue nesse chão quente,
E poetizando por minutos, vejo ressuscitar,
Todas as mulheres trans mortas, nesse país hipócrita,
De moral religiosa torta, de burguesia mórbida, de caos.*

*E sabem quem aperta o gatilho?
Eu vos digo: são os filhos prediletos desta nação,
A gurizada que espanca a mina travesti na rua,
Na madrugada não larga o pornô trans, não!*

*Eu não posso querer vingar com sangue,
O sangue que já foi derramado,
Tenho medo que o Olimpo se torne vermelho,
Com tanto corpo ensanguentado.*

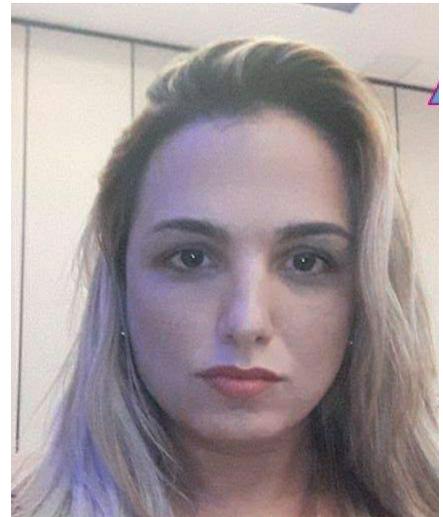
¹ ATENA BEAUVOIR ROVEDA é natural de Porto Alegre-RS, escritora e poetisa, professora e filósofa. Em 2016, recebeu Menção Honrosa pela atuação em defesa e promoção da dignidade humana de LGBTQs, na cidade de Canoas-RS. É colaboradora voluntária do cursinho de preparação TransEnem, participa da Rede Trans Brasil e Red Latinoamericana y del Caribe de Personas Trans.

*Por isso sou professora, filósofa, educadora,
Para diminuir o índice de morte trans no Brasil.
Assassinam-se mais mulheres trans e travestis aqui,
Do que no México, nos EUA, na Europa inteira, você não viu?*

*Isso é grave, torno minha poesia grave, mina de voz grave,
Grave na sua memória, agrave na sua história,
Sou poeta viva, meu maior medo é ser assassinada por quem eu sou,
Não pela morte, mas pelo esquecimento de vocês,
Que um dia no Brasil, uma mina trans poetizou.*

Com a Palavra Tathiane Aquino de Araújo, Presidenta da Rede Trans Brasil

A violência social afeta as pessoas trans, tanto no plano físico, quanto emocional, em diferentes níveis. Quando ainda crianças vivem continuamente sob o medo, tornando-se vulneráveis aos estímulos externos, e com dificuldades de equilibrar suas emoções. Ao longo do tempo, essas reações podem resultar em distúrbios mentais, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático, bem como problemas de saúde, afetando suas relações sociais, inclusive a vida escolar. Elas também podem se tornar crianças mais propensas a adotar comportamentos de risco como agressividade e uso de substâncias químicas na idade adulta.



A exposição às diversas formas de violência está entre as experiências mais prejudiciais que as pessoas trans podem sofrer, impactando na sua forma de ser, de pensar, de sentir e de agir.

Um quadro a ser visualizado nos Dados catalogados pela Rede Trans Brasil, em 2018, é quantas mortes sociais estão associadas às mortes físicas, pois quando são assassinadas, na maioria das vezes, com requintes de crueldade, são notificadas/os pelos órgãos de segurança pública e pelos meios de comunicação de massa, porém, sua identidade ainda é negada até na hora da morte. Os veículos de comunicação ainda expõem travestis e transexuais, perpetuando o estigma e a discriminação, revelando uma falta de entendimento e uma certa má vontade em retratar a realidade social dessa população.

Enquanto enxergarem as pessoas trans somente após sua morte como “corpo estirado” na esquina, ou como profissionais do sexo nos becos e ruas escuras, não construiremos a inserção social necessária para essa população. Nesse sentido, precisamos ter um olhar desde cedo para crianças e adolescentes trans, que estão expostas diariamente nas escolas, negligenciadas e vulneráveis a torturas cotidianas, que quando não chegam ao suicídio, engrossam as estatísticas de “evasão/expulsão” escolar, por não suportarem espaços coletivos que não permitem que existam como são.

Agradecimento ao ex-coordenador de políticas públicas do Distrito Federal o Sr. Prof. Flávio Brebis pela dedicação e apoio na construção deste documento.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| MONITORAMENTO: ASSASSINATOS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS TRANS NO BRASIL EM 2018..... | 13 |
| Metodologia..... | 13 |
| Análise e Discussão dos Dados..... | 14 |
| DIÁLOGOS SOBRE VIVER TRANS | |
| HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE PESSOAS TRANS NO BRASIL | |
| Por LIZA MICELLY..... | 33 |
| O QUE SIGNIFICA SER TRANS E NEGRO/A NO BRASIL? O LÍDER NOS RANKINGS MUNDIAIS DE MORTES DA POPULAÇÃO TRANS E DA POPULAÇÃO NEGRA | |
| Por RAFAEL CARMO e NATHÁLIA VASCONCELOS..... | 37 |
| DA MORTE SOCIAL À FÍSICA, DIÁLOGO SOBRE O ADOECIMENTO MENTAL DE PESSOAS TRANS | |
| Por LUCA H. ALVES..... | 43 |
| DIREITO REPRODUTIVO DO HOMEM TRANS | |
| Por THIAGO RIBEIRO COSTA..... | 45 |
| AVANÇOS DO JUDICIÁRIO NO RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DA POPULAÇÃO TRANS BRASILEIRA, ESTRATÉGIAS DE ACESSO E DESBUROCRATIZAÇÃO DAS CONQUISTAS PELA POPULAÇÃO | |
| Por DEDIANE SOUZA..... | 48 |
| CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS | |
| Por REBECCA DE FRANÇA..... | 52 |
| WORKSHOPS NACIONAIS DA REDE TRANS..... | 55 |

INTRODUÇÃO

A Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (REDETRANS Brasil) foi fundada em 2009, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, e desde então tem se consolidado como instituição nacional que representa pessoas trans (travestis, mulheres trans e homens trans), colocando-se como instituição que expressa a luta pela garantia dos direitos humanos e cidadania plena daquelas pessoas, contra quaisquer formas de discriminação, além de priorizar a efetivação de políticas públicas nas três esferas (municipal, estadual e federal), bem como no acompanhamento e orientação de legislações que amparem a população trans.

A Rede Trans Brasil desde 2011 é filiada à REDLACTRANS, organização exclusiva para discussão na América Latina e Caribe da temática de travestis e transexuais internacionalmente, que participa ativamente da militância da causa dos direitos humanos daquela comunidade.

Na atualidade, cerca de 72 entidades são associadas à Rede Trans Brasil, que fazem o monitoramento e controle social das políticas públicas e dos casos de LGBTfobia nas suas localidades, nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal.

Nessa edição de “Diálogos Sobre Viver Trans – Monitoramento: Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê, 2018”, apresentamos dados de homicídios motivados por ódio a pessoas trans, com números retratados por regiões brasileiras, estados e cidades, bem como a identidade de gênero das vítimas, a idade, o recorte raça/cor, a profissão, os locais dos assassinatos e causas das mortes.

Nossa intenção na análise e discussão dos dados é fornecer indicadores, diante da ausência de políticas públicas efetivas para a população trans no Brasil. Cada número e cada travesti, mulher trans, homem trans, não-binária atingida pela violência transfóbica é motivo da nossa indignação e tristeza, pelas atrocidades e requintes de crueldades que atingem quase que diariamente essas pessoas.

Oferecemos ainda uma série de reflexões que intitulamos como **Diálogos Sobre Viver Trans** para ampliar e qualificar debates sobre pessoas trans no Brasil.

MONITORAMENTO: ASSASSINATOS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS TRANS NO BRASIL EM 2018

No Brasil ainda não existe qualquer lei que criminalize a transfobia, logo a sensação de impunidade é muito grande. Em geral, o machismo e a cultura heterocisnormativa pretendem justificar tais atitudes, de forma totalmente equivocada, daqueles que não temem cometer violências contra a população trans. Os números que serão expostos a seguir não refletem a realidade das pessoas trans no Brasil, pois os veículos de comunicação, de um modo geral, não informam alguns dados das vítimas, tais como: idade, raça/etnia, profissão, dentre outros.

METODOLOGIA

Em todo este Dossiê iremos mencionar “pessoas trans”², representando mulheres transexuais, travestis³, homens transexuais e pessoas não-binárias.

Para demonstrar os dados catalogados no ano de 2018, contabilizamos somente casos em que se tem uma notícia nos meios de comunicação, com *links* em *websites* confiáveis, que tenham fotos ou vídeos, em veículos de notícias que têm sessão de divulgação de homicídios e outras violências, além de resultados obtidos nas pesquisas no site de buscas Google.

Sabemos que pode haver inconsistências, pois ainda existem casos não noticiados ou subnotificados, devido ao desconhecimento por grande parte da mídia e dos órgãos de segurança pública sobre a identidade de gênero de uma pessoa trans. Ainda encontramos muitos casos que são divulgados e/ ou registados como “homossexual com vestimentas femininas”, “o travesti”, “o traveco”, “homossexual com vestimentas masculinas”, ou às vezes utilizam os termos adequados, mas informam o nome de registro civil da vítima (quando ainda não é retificado/alterado), expondo a foto da carteira de identidade, sendo que em todos esses casos foram contabilizados como o veículo de comunicação não respeitando a identidade de gênero da vítima.

² O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento adota “pessoas trans”, uma expressão que está se tornando popular e a palavra “trans” é usada aqui para incluir todas as pessoas cujo senso de identidade de gênero difere do sexo que lhes foi atribuído no nascimento. In: Discussion Paper Transgender Health and Human Rights, December 2013. Disponível: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hiv-aids/discussion-paper-on-transgender-health--human-rights.html>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

³ NOTA DXS ORGANIZADORXS: No Brasil, uma parte considerável das pessoas trans se identifica como “travesti”, pois em um período de ditadura nos anos 60 e 70 muitas foram perseguidas pela polícia, reprimidas e discriminadas, por considerarem, de maneira equivocada, como um homossexual vestido com roupas femininas. Hoje, como símbolo de resistência, empoderamento e para desconstruir o estigma, muitas pessoas trans preferem ser representadas dessa forma.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O Brasil é o país que mais mata (em números absolutos) a população trans no mundo. Segundo os dados do *Transgender Europe* (TGEU)⁴, que lançou uma atualização dos assassinatos no mundo em 12 de novembro de 2018. No período da apuração de 01 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018, os números revelaram que no ano de 2018 foram registrados 369 casos de homicídios contra pessoas trans e ou pessoas de gênero-diverso⁵ em contextos internacionais, sendo que o Brasil dispara em primeiro lugar com 167 casos, seguido por México com 71 casos e Estados Unidos com 28.

Em 2018, 150 pessoas trans foram vítimas da transfobia no Brasil, em diversos espaços e das mais diferentes formas. Os dados catalogados pela Rede Trans Brasil, foram separados por alguns recortes. O gráfico a seguir retrata os números de assassinatos por mês no Brasil:

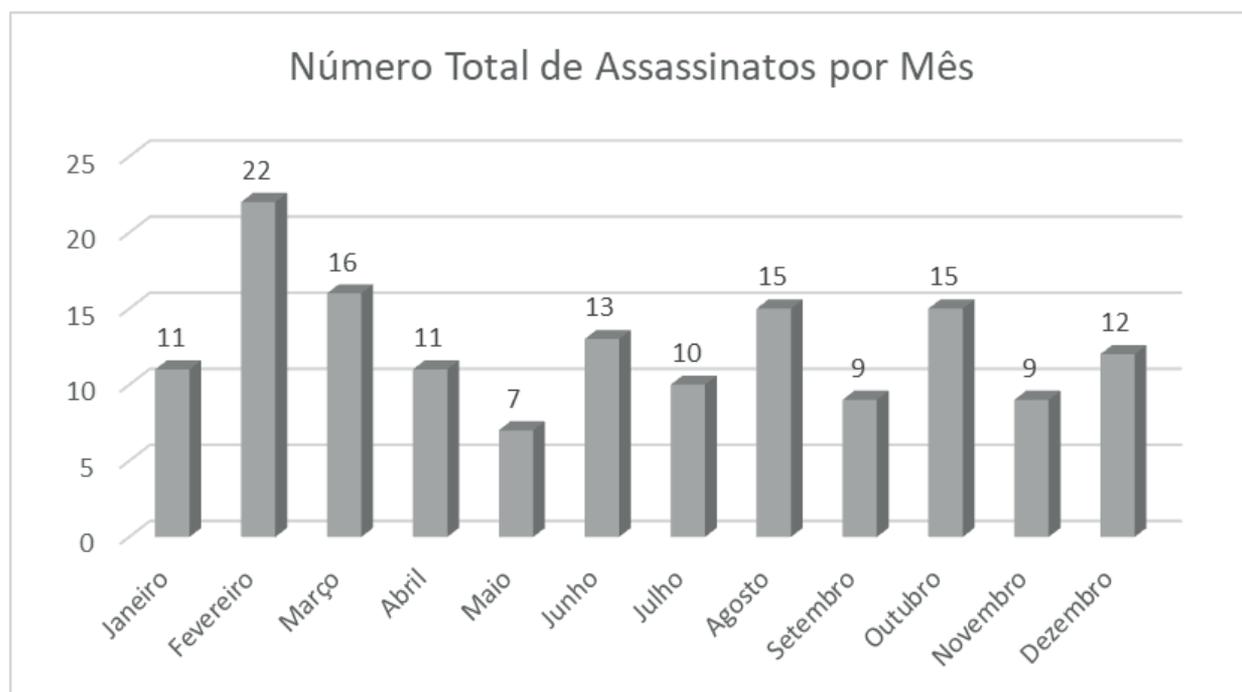


Gráfico 01 – Número Total de Assassinatos por Mês
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

Ao observarmos os números de mortes por mês, percebemos que fevereiro é o mais violento para pessoas trans, alcançando a quase uma pessoa assassinada por dia, revelando ainda que o início de 2018 obteve dos maiores índices de violência dos últimos três anos.

⁴ Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2018/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

⁵ pessoas de gênero-diverso: É expressão utilizada pelo TGEU para referenciar outras pessoas que não se enquadram como pessoas Cis ou Trans, a exemplo das pessoas que se identificam como não-binárias. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/working-definitions/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Nessa pesquisa, um dos primeiros dados a ser analisado foi a Identidade de Gênero das vítimas. Demonstraremos de duas formas. A primeira com a separação de mulher trans e travesti, sendo esse dado retirado conforme noticiado por veículos de comunicação. E a segunda maneira, serão acrescentados os números das mulheres trans e travestis e a categoria “não-informado”. Vale ressaltar que o campo “não-informado” são casos de mulheres trans e travestis, que foram noticiadas como “homossexual” e que não definia a identidade de gênero de modo adequado:

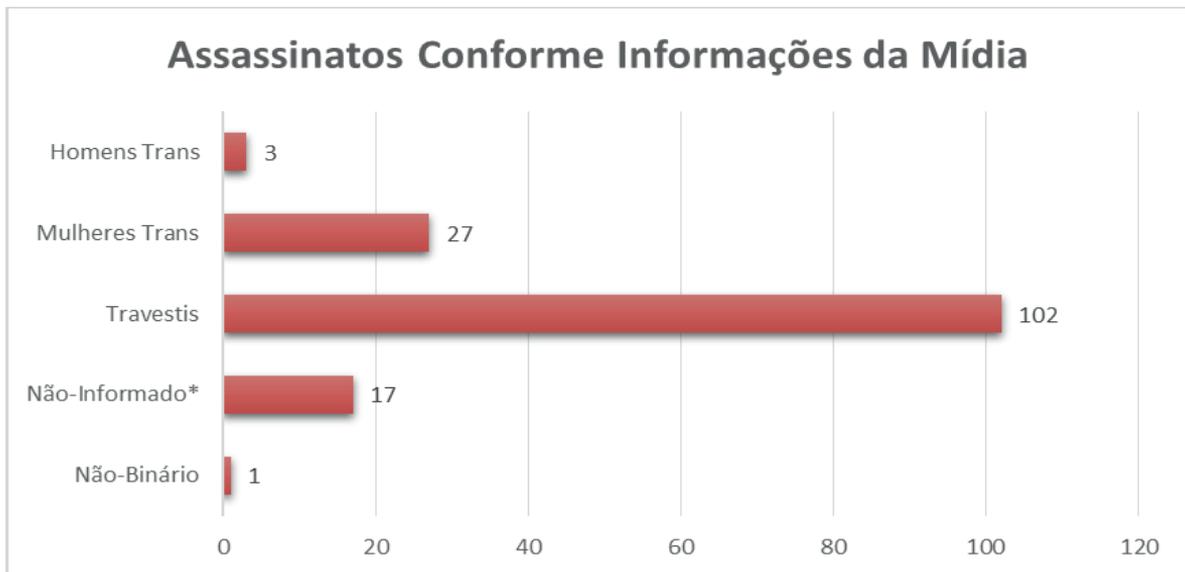


Gráfico 02 – Assassinatos Conforme Informações da Mídia
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

Ao analisar os números de assassinatos de mulheres trans e travestis mais a categoria “não-informado”, percebemos que correspondem a um total de 97% dos casos (146 ocorrências), conforme gráfico a seguir:

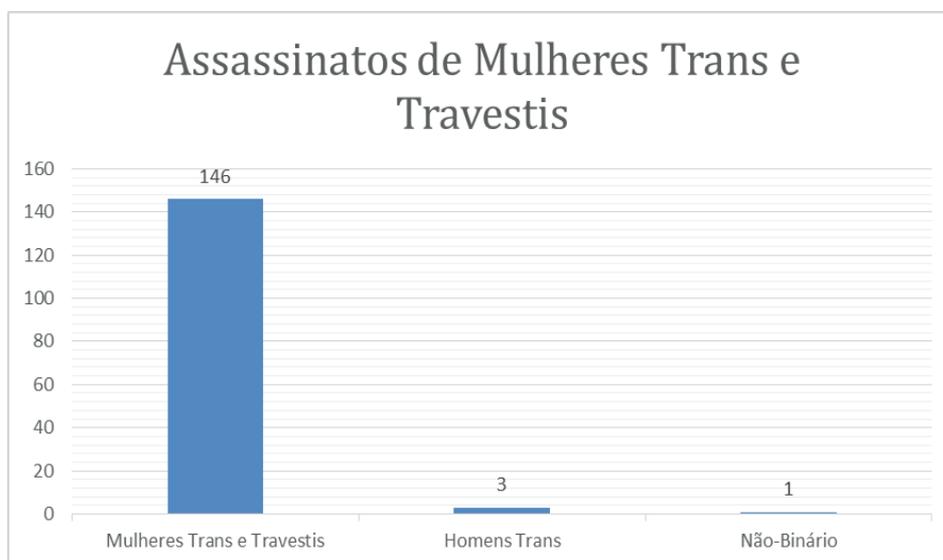


Gráfico 03 – Assassinatos de Mulheres Trans e Travestis
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

Em relação à idade das pessoas trans assassinadas, observamos que a faixa etária com maiores ocorrências está entre 21 a 25 anos, e que a maioria está abaixo dos 35 anos, confirmando a expectativa de vida de pessoas trans no Brasil já difundida pelos movimentos sociais:

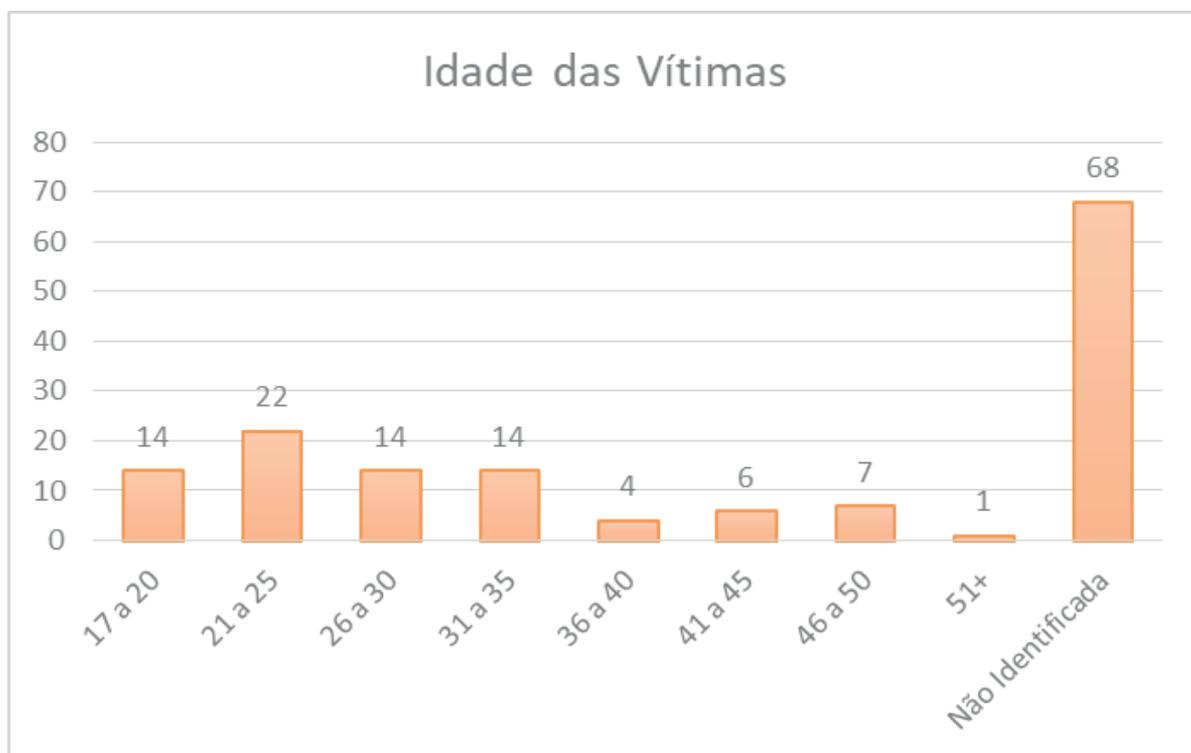


Gráfico 04 – Idade das Vítimas
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

Abordamos também o recorte racial das vítimas, mas infelizmente nem todos os casos são noticiados com a descrição e/ou fotos da vítima, porém não acreditamos que eles realmente reflitam o que acontece com a população trans. O que notamos é que a população negra (27%), a parda (11%) e mais as pessoas “sem identificação” representam percentuais de mortes bem significativos, revelando que morrem mais pessoas com essas características. É um dado que precisamos denunciar, de modo contundente, como extermínio de juventudes e genocídio da população trans negra.

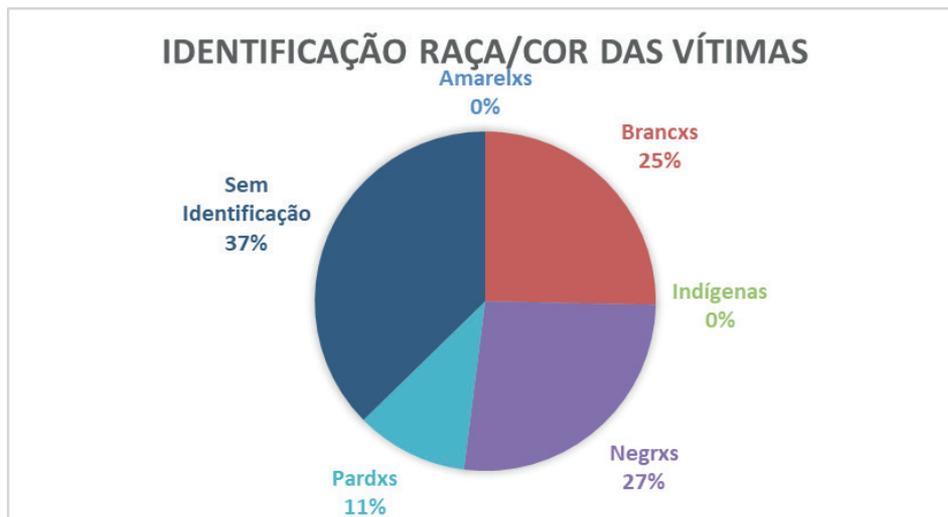


Gráfico 05 – Identificação Raça/Cor das Vítimas
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

| Raça/Cor | Amarelx | Brancx | Indígenas | Negrx | Pardx | Sem Identificação |
|--------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------------|
| Total | 0 | 38 | 0 | 40 | 16 | 56 |

Tabela 01: Identificação Raça/Cor das Vítimas
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

Apuramos ainda se a identidade das vítimas foi respeitada. Percebemos que em alguns casos respeitavam a identidade de gênero, os meios de comunicação utilizavam o nome social e os pronomes adequados, no entanto, insistiam em informar o nome de registro da vítima, quando ainda não era alterado. Para esses casos, contabilizamos que a identidade de gênero não foi respeitada, pois entendemos que não há necessidade de exposição gratuita da vítima. Na nossa pesquisa, 54% dos meios de comunicação respeitaram a identidade de gênero das vítimas e 46% não tiveram a mesmo cuidado e sensibilidade:



Gráfico 06 – Identidade de Gênero Respeitada pela Mídia
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

O que se percebe que ainda há a necessidade de formação e propagação em processos educativos de termos e expressões que reflitam adequadamente a realidade das pessoas trans na atualidade, principalmente para combater e desconstruir o conservadorismo na linguagem jornalística e na sociedade, pois ainda há o desrespeito à identidade de gênero pessoas trans, mesmo após sua morte.

Em relação à profissão das vítimas, obtemos o maior número de casos sem identificação da imprensa, mas se cruzarmos dos dados do local e a hora do crime, podemos acreditar que eram profissionais do sexo, mas para não inviabilizar o trabalho feito, preferimos manter como foi veiculado pela mídia.

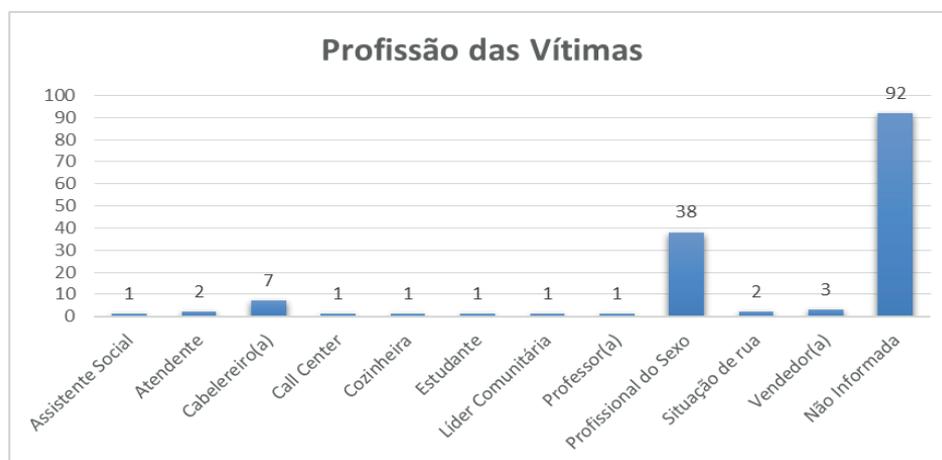


Gráfico 07 – Profissão das vítimas
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

| PROFISSÃO DAS VÍTIMAS | |
|------------------------------|-----------|
| Assistente Social | 1 |
| Atendente | 2 |
| Cabelereiro/a | 7 |
| Call Center | 1 |
| Cozinheira | 1 |
| Estudante | 1 |
| Líder Comunitária | 1 |
| Professor/a | 1 |
| Profissional do Sexo | 38 |
| Situação de rua | 2 |
| Vendedor/a | 3 |
| Não Informada | 92 |

Tabela 02: Profissão das vítimas
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

Analizamos também o local dos assassinatos e observamos que os locais com maior ocorrência de assassinatos são nas vias públicas, no total de 59,33% dos casos, seguido pela residência da própria vítima 17,33% dos casos.

| LOCAL | |
|-------------------------|----|
| Bar | 2 |
| Boate | 1 |
| Casa/Terreno Abandonada | 7 |
| Festa de Aniversário | 1 |
| Hospital | 2 |
| Lago | 1 |
| Matagal | 6 |
| Motel | 2 |
| Praia | 4 |
| Residência | 26 |
| Salão de Beleza | 1 |
| Terminal de Ônibus | 1 |
| Vala | 1 |
| Via Pública | 89 |
| Não Informado | 6 |

Tabela 03: Local dos Assassinatos
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

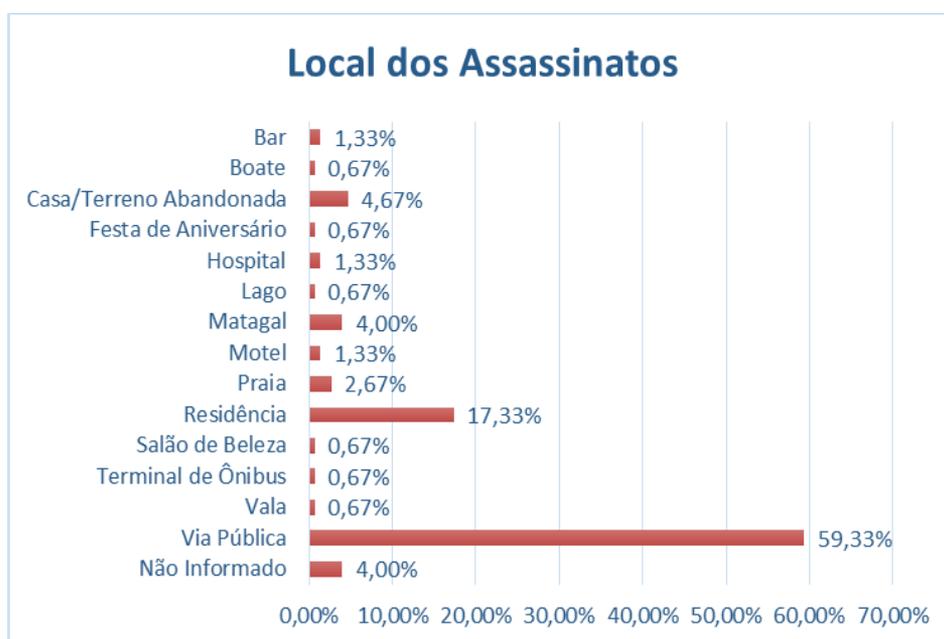


Gráfico 08 – Local dos Assassinatos
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

A causa da morte também é um dado que tivemos o interesse de registrar. Observamos que em sua maioria o assassinato ocorre por meio de tiros de arma de fogo (71 casos), seguido por facadas 33 casos e espancamento com 10 casos.

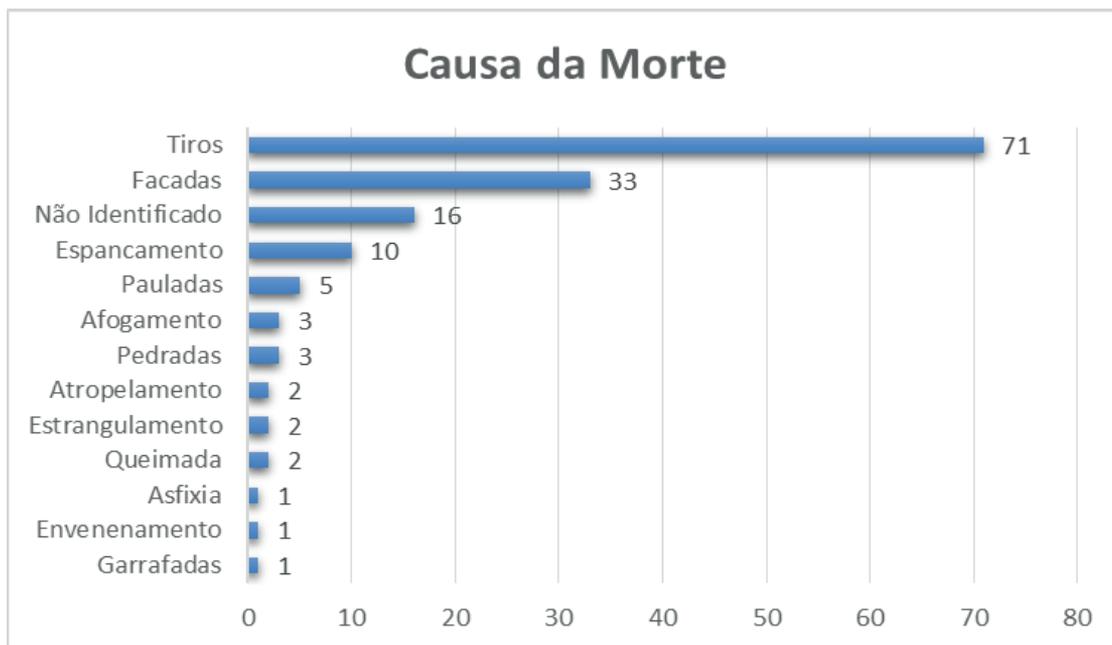


Gráfico 09 – Causa da Morte
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

| Causa da Morte | |
|-------------------------|----|
| Tiros | 71 |
| Facadas | 33 |
| Não Identificado | 16 |
| Espancamento | 10 |
| Pauladas | 5 |
| Afogamento | 3 |
| Pedradas | 3 |
| Atropelamento | 2 |
| Estrangulamento | 2 |
| Queimada | 2 |
| Asfixia | 1 |
| Envenenamento | 1 |
| Garrafadas | 1 |

Tabela 04: Causa da Morte
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

Em alguns casos observamos ainda os assassinatos com requintes de crueldade:

| REQUINTES DE CRUELDADE | |
|------------------------|----|
| Degolada | 2 |
| Mutilação | 1 |
| Nua | 3 |
| Rosto Deformado | 7 |
| Tortura | 2 |
| TOTAL | 15 |

Tabela 05: Requisites de Crueldade
 Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

O Brasil é um país extenso em área, composto por 26 Estados e 1 Distrito Federal, sendo que os Estados e o Distrito Federal estão dispostos em 5 regiões. Devido a essa extensão, categorizamos também os assassinatos por Regiões, Estados e Municípios.



Gráfico 10 – Assassinatos por Região
 Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

| REGIÕES | TOTAL |
|--------------|-------|
| Norte | 16 |
| Nordeste | 59 |
| Centro-Oeste | 18 |
| Sudeste | 40 |
| Sul | 17 |

Tabela 06: Assassinatos por Região
 Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

Observa-se, nesse ponto, que a Região Nordeste teve o maior número de assassinatos e violação de direitos humanos, correspondendo a 39%, e em seguida vem a Região Sudeste, com 27% ocorrências.

Ao analisarmos os dados separados por Estados, podemos perceber que o Estado que mais assassinou a população trans em 2018 foi São Paulo, com 14 casos, seguido por Bahia, Ceará e Rio de Janeiro, todos com 13 casos cada um e, em 5º lugar vem Pernambuco, com 9 casos.

Assassinatos por Estados

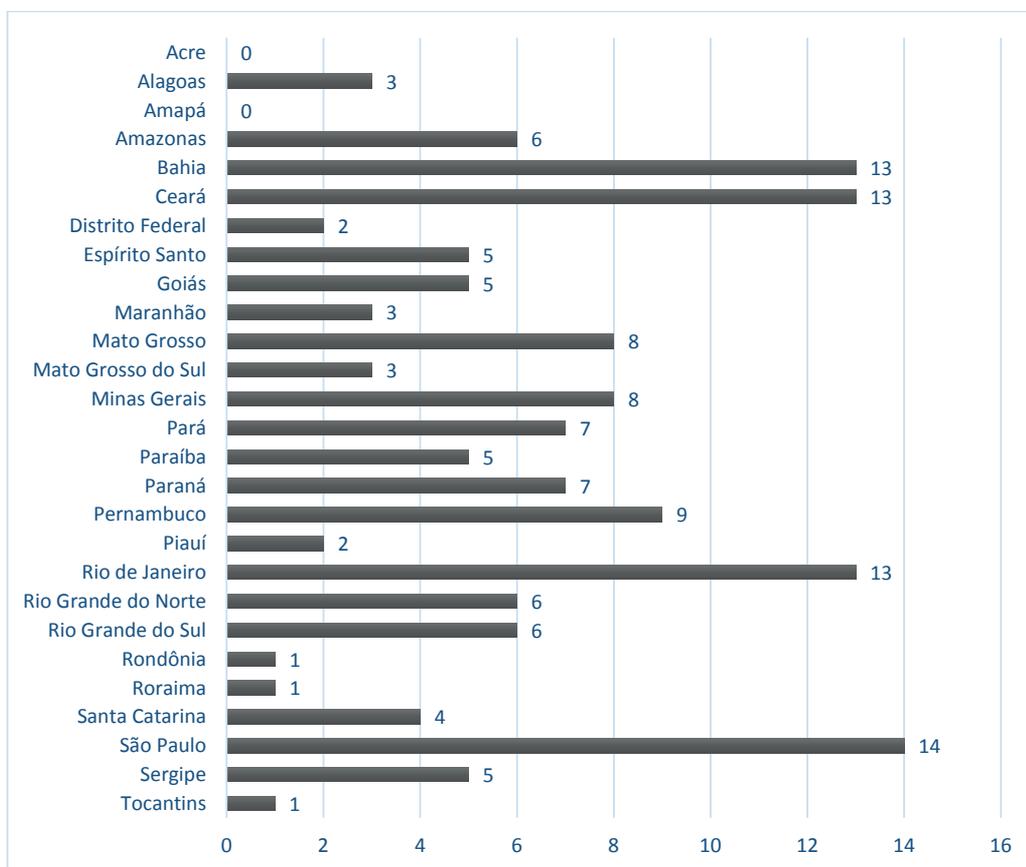


Gráfico 11 – Assassinatos por Estados
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

| Estado | Total |
|------------------|-------|
| Acre | 0 |
| Alagoas | 3 |
| Amapá | 0 |
| Amazonas | 6 |
| Bahia | 13 |
| Ceará | 13 |
| Distrito Federal | 2 |
| Espírito Santo | 5 |

| | |
|---------------------|----|
| Goiás | 5 |
| Maranhão | 3 |
| Mato Grosso | 8 |
| Mato Grosso do Sul | 3 |
| Minas Gerais | 8 |
| Pará | 7 |
| Paraíba | 5 |
| Paraná | 7 |
| Pernambuco | 9 |
| Piauí | 2 |
| Rio de Janeiro | 13 |
| Rio Grande do Norte | 6 |
| Rio Grande do Sul | 6 |
| Rondônia | 1 |
| Roraima | 1 |
| Santa Catarina | 4 |
| São Paulo | 14 |
| Sergipe | 5 |
| Tocantins | 1 |

Tabela 07: Assassinatos por Estados
 Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

A seguir também foram listados os assassinatos por Cidades:

| CIDADE | TOTAL |
|-------------------------|-------|
| Amambaí | 1 |
| Ananindeua | 1 |
| Aparecida de Goiânia | 1 |
| Aracaju | 1 |
| Araras | 2 |
| Araújos | 1 |
| Balneário Camboriú | 1 |
| Barbalha | 1 |
| Barra do Garças | 1 |
| Belém | 3 |
| Belford Roxo | 1 |
| Belo Horizonte | 1 |
| Boa Vista | 1 |
| Brasília | 1 |
| Buriticupu | 1 |
| Cabo de Santo Agostinho | 1 |

| | |
|-------------------------|---|
| Cabo Frio | 1 |
| Colniza | 1 |
| Camaçari | 1 |
| Camapuã | 1 |
| Camaragibe | 1 |
| Campo Largo | 1 |
| Campos Altos | 1 |
| Campos dos Goytacazes | 1 |
| Caratinga | 1 |
| Caruaru | 1 |
| Codajás | 1 |
| Colatina | 1 |
| Concórdia do Pará | 2 |
| Craíbas | 1 |
| Cuiabá | 1 |
| Curitiba | 1 |
| Feira de Santana | 1 |
| Florianópolis | 2 |
| Fortaleza | 4 |
| Garanhuns | 1 |
| Goiânia | 1 |
| Governador Newton Bello | 1 |
| Governador Valadares | 1 |
| Gurupi | 1 |
| Ibicaraí | 1 |
| Ilha do Governador | 1 |
| Imperatriz | 1 |
| Itaberaí | 2 |
| Itanhaém | 1 |
| Itaperuna | 1 |
| João Pessoa | 4 |
| Jundiá | 1 |
| Lagarto | 2 |
| Lajeado | 1 |
| Lapa | 1 |
| Londrina | 1 |
| Luziânia | 1 |
| Macaé | 1 |
| Macaíba | 1 |
| Manaus | 5 |
| Mandaguacu | 1 |

| | |
|--------------------------|---|
| Manhaçu | 1 |
| Marabá | 1 |
| Maracanaú | 3 |
| Maranguape | 1 |
| Maringá | 1 |
| Martins | 1 |
| Morada Nova | 1 |
| Mossoró | 3 |
| Niterói | 1 |
| Nossa Senhora do Socorro | 2 |
| Pacajus | 2 |
| Parnamirim | 1 |
| Pelotas | 2 |
| Piripiri | 1 |
| Poções | 1 |
| Ponta Grossa | 1 |
| Porto Alegre | 1 |
| Porto Real do Colégio | 1 |
| Porto Velho | 1 |
| Praia Grande | 1 |
| Querência | 2 |
| Recife | 4 |
| Reriutaba | 1 |
| Ribeirão Preto | 1 |
| Rio Brilhante | 1 |
| Rio de Janeiro | 4 |
| Rio Largo | 1 |
| Rondonópolis | 1 |
| Salvador | 4 |
| Santa Rita | 1 |
| Santo André | 1 |
| São Bernardo do Campo | 2 |
| São Borja | 1 |
| São Gonçalo | 2 |
| São Leopoldo | 1 |
| São Mateus | 1 |
| São Paulo | 4 |
| São Vicente | 1 |
| Serra | 2 |
| Taguatinga | 1 |
| Tangará da Serra | 1 |

| | |
|-------------------------------|---|
| Taperoá | 1 |
| Teresina | 1 |
| Uberlândia | 2 |
| Várzea Grande | 1 |
| Vila Velha | 1 |
| Vitória da Conquista | 3 |
| Vitória de Santo Antão | 1 |
| Xaxim | 1 |
| Xique-Xique | 1 |

Tabela 08: Assassinatos por Cidades
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e segundo dados publicados no Diário Oficial da União em 29 de agosto de 2018, com data de referência do levantamento de 1º de julho de 2018, a população brasileira é estimada em 208.494.900 milhões de habitantes, sendo que por Região e Estado temos as seguintes informações:

| ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2018 | |
|---|---------------------------|
| BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO | POPULAÇÃO ESTIMADA |
| Brasil | 208.494.900 |
| Região Norte | 18.182.253 |
| Rondônia | 1.757.589 |
| Acre | 869.265 |
| Amazonas | 4.080.611 |
| Roraima | 576.568 |
| Pará | 8.513.497 |
| Amapá | 829.494 |
| Tocantins | 1.555.229 |
| Região Nordeste | 56.760.780 |
| Maranhão | 7.035.055 |
| Piauí | 3.264.531 (*) |
| Ceará | 9.075.649 (*) |
| Rio Grande do Norte | 3.479.010 |
| Paraíba | 3.996.496 |
| Pernambuco | 9.496.294 (**) |
| Alagoas | 3.322.820 (**) |
| Sergipe | 2.278.308 |
| Bahia | 14.812.617 |
| Região Sudeste | 87.711.946 |
| Minas Gerais | 21.040.662 |
| Espírito Santo | 3.972.388 |
| Rio de Janeiro | 17.159.960 |
| São Paulo | 45.538.936 |
| Região Sul | 29.754.036 |
| Paraná | 11.348.937 |
| Santa Catarina | 7.075.494 |
| Rio Grande do Sul | 11.329.605 |
| Região Centro-Oeste | 16.085.885 |
| Mato Grosso do Sul | 2.748.023 |
| Mato Grosso | 3.441.998 |
| Goiás | 6.921.161 (***) |
| Distrito Federal | 2.974.703 (***) |

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Imagem 01 – Estimativas de População

Fonte: IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br.>. Acesso em: 02 jan. 2019

Com base nessas informações, cruzamos dados e separamos os assassinatos por Região e Estado, conforme a sua população, para assim identificarmos as Regiões e Estados mais violentos para a população trans.

Ao analisarmos por Região, podemos observar que a Região mais populosa do Brasil é o Sudeste com 42,07%, seguida pelo Nordeste com 27,22% e Sul com 14,27%.

| IBGE | | IBGE | |
|--------------|--------------------|--------------|----------------|
| Região | Total | Região | Porcentagem |
| Norte | 18.182.253 | Norte | 8,72% |
| Nordeste | 56.760.780 | Nordeste | 27,22% |
| Centro-Oeste | 16.085.885 | Centro-Oeste | 7,72% |
| Sudeste | 87.711.946 | Sudeste | 42,07% |
| Sul | 29.754.036 | Sul | 14,27% |
| Total | 208.494.900 | Total | 100,00% |

Tabela 09: Recorte por Região.

Fonte: IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2019

Quando passamos a analisar por Estado, podemos observar que o mais populoso é São Paulo com 21,84%, seguido por Minas Gerais com 10,09%, Rio de Janeiro com 08,23%, Bahia com 7,10 e Paraná com 5,44%.

| IBGE | | IBGE | |
|--------------------|------------|--------------------|-------------|
| Estados | Total | Estados | Porcentagem |
| Acre | 869.265 | Acre | 0,42% |
| Alagoas | 3.322.820 | Alagoas | 1,59% |
| Amapá | 829.494 | Amapá | 0,40% |
| Amazonas | 4.080.611 | Amazonas | 1,96% |
| Bahia | 14.812.617 | Bahia | 7,10% |
| Ceará | 9.075.649 | Ceará | 4,35% |
| Distrito Federal | 2.974.703 | Distrito Federal | 1,43% |
| Espírito Santo | 3.972.388 | Espírito Santo | 1,91% |
| Goiás | 6.921.161 | Goiás | 3,32% |
| Maranhão | 7.035.055 | Maranhão | 3,37% |
| Mato Grosso | 3.441.998 | Mato Grosso | 1,65% |
| Mato Grosso do Sul | 2.748.023 | Mato Grosso do Sul | 1,32% |
| Minas Gerais | 21.040.662 | Minas Gerais | 10,09% |
| Pará | 8.513.497 | Pará | 4,08% |
| Paraíba | 3.996.496 | Paraíba | 1,92% |

| | | | |
|---------------------|--------------------|---------------------|----------------|
| Paraná | 11.348.937 | Paraná | 5,44% |
| Pernambuco | 9.496.294 | Pernambuco | 4,55% |
| Piauí | 3.264.531 | Piauí | 1,57% |
| Rio de Janeiro | 17.159.960 | Rio de Janeiro | 8,23% |
| Rio Grande do Norte | 3.479.010 | Rio Grande do Norte | 1,67% |
| Rio Grande do Sul | 11.329.605 | Rio Grande do Sul | 5,43% |
| Rondônia | 1.757.589 | Rondônia | 0,84% |
| Roraima | 576.568 | Roraima | 0,28% |
| Santa Catarina | 7.075.494 | Santa Catarina | 3,39% |
| São Paulo | 45.538.936 | São Paulo | 21,84% |
| Sergipe | 2.278.308 | Sergipe | 1,09% |
| Tocantins | 1.555.229 | Tocantins | 0,75% |
| Total | 208.494.900 | Total | 100,00% |

Tabela 10: Recorte por Estados

Fonte: IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2019

Com esses dados, resolvemos calcular a taxa de assassinatos baseada na população de 2018 para cada 100 mil habitantes⁶, utilizando a base do IBGE para a população de modo geral, pois ainda não temos um levantamento oficial da população Trans no Brasil. Para o cálculo utilizamos a seguinte fórmula:



Imagem 2: Fórmula para 100 mil habitantes

Fonte: Dados Finos. Disponível em: <www.dadosfinos.info>. Acesso em: 16 jan. 2019

Utilizando a fórmula acima, obtivemos os seguintes resultados, começando pelas Regiões:

⁶ Disponível em: <https://www.dadosfinos.info/2017/06/como-calculer-taxa-por-100-mil.html>. Acesso em: 16 jan. 2019.

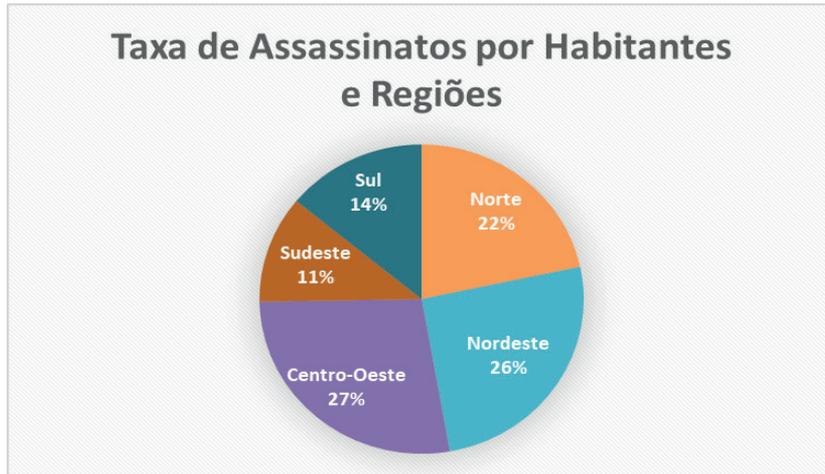


Gráfico 12 – Taxa de Assassinatos por Habitantes e Regiões
Fonte: Rede Trans Brasil, 16 jan. 2019

| Regiões | Assassinatos Total | IBGE Total | Taxa 100mil Habitantes |
|--------------|--------------------|--------------------|------------------------|
| Norte | 16 | 18.182.253 | 0,087997896 |
| Nordeste | 59 | 56.760.780 | 0,103945013 |
| Centro-Oeste | 18 | 16.085.885 | 0,111899345 |
| Sudeste | 40 | 87.711.946 | 0,045603822 |
| Sul | 17 | 29.754.036 | 0,057135106 |
| Total | 150 | 208.494.900 | 0,071944206 |

Tabela 11: Taxa de assassinatos por habitantes e regiões
Fonte: Rede Trans Brasil, 16 jan. 2019

Ao analisarmos por Estados, temos os seguintes dados:

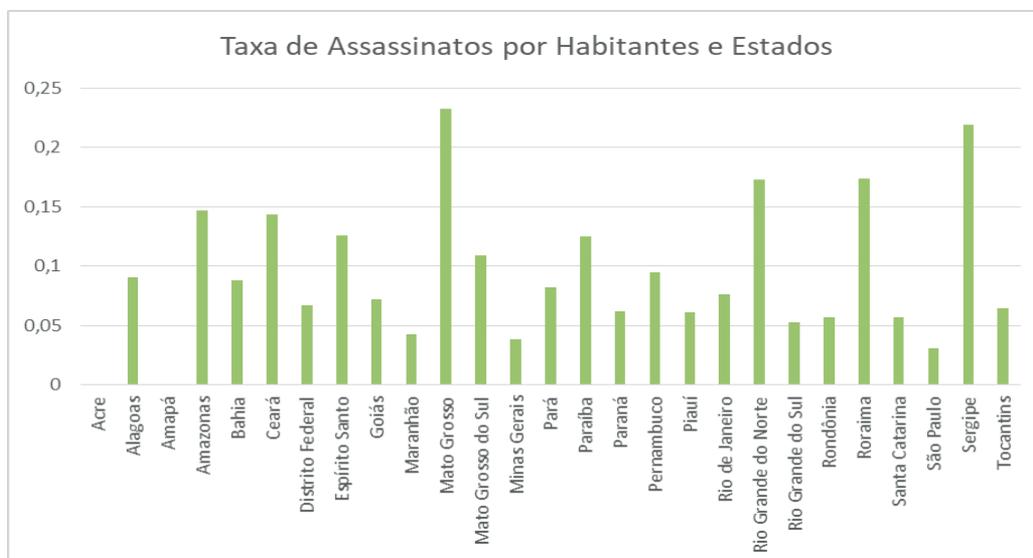


Gráfico 13 – Taxa de Assassinatos por Habitantes e Estados
Fonte: Rede Trans Brasil, 16 jan. 2019

| ASSASSINATOS | | IBGE | TAXA |
|---------------------|------------|--------------------|--------------------|
| Estados | Total | Total | 100 mil Habitantes |
| Acre | 0 | 869.265 | 0 |
| Alagoas | 3 | 3.322.820 | 0,090284758 |
| Amapá | 0 | 829.494 | 0 |
| Amazonas | 6 | 4.080.611 | 0,147036804 |
| Bahia | 13 | 14.812.617 | 0,08776302 |
| Ceará | 13 | 9.075.649 | 0,143240445 |
| Distrito Federal | 2 | 2.974.703 | 0,067233603 |
| Espírito Santo | 5 | 3.972.388 | 0,125868873 |
| Goiás | 5 | 6.921.161 | 0,072242215 |
| Maranhão | 3 | 7.035.055 | 0,04264359 |
| Mato Grosso | 8 | 3.441.998 | 0,232423145 |
| Mato Grosso do Sul | 3 | 2.748.023 | 0,109169392 |
| Minas Gerais | 8 | 21.040.662 | 0,038021617 |
| Pará | 7 | 8.513.497 | 0,082222382 |
| Paraíba | 5 | 3.996.496 | 0,125109596 |
| Paraná | 7 | 11.348.937 | 0,061679786 |
| Pernambuco | 9 | 9.496.294 | 0,094773814 |
| Piauí | 2 | 3.264.531 | 0,061264543 |
| Rio de Janeiro | 13 | 17.159.960 | 0,075757752 |
| Rio Grande do Norte | 6 | 3.479.010 | 0,172462856 |
| Rio Grande do Sul | 6 | 11.329.605 | 0,052958598 |
| Rondônia | 1 | 1.757.589 | 0,056896123 |
| Roraima | 1 | 576.568 | 0,17344008 |
| Santa Catarina | 4 | 7.075.494 | 0,056533155 |
| São Paulo | 14 | 45.538.936 | 0,030742923 |
| Sergipe | 5 | 2.278.308 | 0,219461109 |
| Tocantins | 1 | 1.555.229 | 0,064299213 |
| Total | 150 | 208.494.900 | 0,071944206 |

Tabela 12: Taxa de Assassinatos por Habitantes E Estados
 Fonte: Rede Trans Brasil, 16 jan. 2019

Podemos observar que em números relativos, temos a região Centro-Oeste e Nordeste à frente no “ranking” de assassinatos, sendo que a média para cada grupo de 100 mil habitantes é de 0,0719, ficando apenas a região Sudeste e Sul abaixo da média.

Já considerando os números relativos por Estados, temos o Mato Grosso, seguido por Sergipe, Roraima, Rio Grande do Norte e Amazonas, no topo da lista, ressaltando que a média por Estado para cada grupo de 100 mil habitantes é de 0,0719, e apenas 12 Estados abaixo dessa média.

É importante enfatizar que esses números absolutos são para a população de modo geral, pois não temos dados quantitativos da população trans no Brasil como um todo e nem por Estado.

Em Números Absolutos e Relativos por Região temos o seguinte quadro:

| RANKING | ASSASSINATOS ABSOLUTOS | TOTAL | ASSASSINATOS RELATIVOS | 100MIL HABITANTES |
|---------|------------------------|------------|------------------------|--------------------|
| 1° | Nordeste | 59 | Norte | 0,111899345 |
| 2° | Sudeste | 40 | Nordeste | 0,103945013 |
| 3° | Centro-Oeste | 18 | Centro-Oeste | 0,087997896 |
| 4° | Sul | 17 | Sudeste | 0,057135106 |
| 5° | Norte | 16 | Sul | 0,045603822 |
| | Total | 150 | Média | 0,071944206 |

Tabela 13: Ranking de Assassinatos por Regiões
Fonte: Rede Trans Brasil, 16 jan. 2019

Em Números Absolutos e Relativos por Estado, temos:

| RANKING | ASSASSINATOS ABSOLUTOS | TOTAL | ASSASSINATOS RELATIVOS | 100 MIL HABITANTES |
|---------|------------------------|------------|------------------------|--------------------|
| 1° | São Paulo | 14 | Mato Grosso | 0,232423145 |
| 2° | Bahia | 13 | Sergipe | 0,219461109 |
| 3° | Ceará | 13 | Roraima | 0,17344008 |
| 4° | Rio de Janeiro | 13 | Rio Grande do Norte | 0,172462856 |
| 5° | Pernambuco | 9 | Amazonas | 0,147036804 |
| 6° | Mato Grosso | 8 | Ceará | 0,143240445 |
| 7° | Minas Gerais | 8 | Espírito Santo | 0,125868873 |
| 8° | Pará | 7 | Paraíba | 0,125109596 |
| 9° | Paraná | 7 | Mato Grosso do Sul | 0,109169392 |
| 10° | Amazonas | 6 | Pernambuco | 0,094773814 |
| 11° | Rio Grande do Norte | 6 | Alagoas | 0,090284758 |
| 12° | Rio Grande do Sul | 6 | Bahia | 0,08776302 |
| 13° | Espírito Santo | 5 | Pará | 0,082222382 |
| 14° | Goiás | 5 | Rio de Janeiro | 0,075757752 |
| 15° | Paraíba | 5 | Goiás | 0,072242215 |
| 16° | Sergipe | 5 | Distrito Federal | 0,067233603 |
| 17° | Santa Catarina | 4 | Tocantins | 0,064299213 |
| 18° | Alagoas | 3 | Paraná | 0,061679786 |
| 19° | Maranhão | 3 | Piauí | 0,061264543 |
| 20° | Mato Grosso do Sul | 3 | Rondônia | 0,056896123 |
| 21° | Distrito Federal | 2 | Santa Catarina | 0,056533155 |
| 22° | Piauí | 2 | Rio Grande do Sul | 0,052958598 |
| 23° | Rondônia | 1 | Maranhão | 0,04264359 |
| 24° | Roraima | 1 | Minas Gerais | 0,038021617 |
| 25° | Tocantins | 1 | São Paulo | 0,030742923 |
| 26° | Acre | 0 | Acre | 0 |
| 27° | Amapá | 0 | Amapá | 0 |
| | Total | 150 | Média | 0,071944206 |

Tabela 14: Ranking de Assassinatos por Estados
Fonte: Rede Trans Brasil, 16 jan. 2019

A Rede Trans Brasil possui um trabalho de catalogação das violências desde 2016, lançando seu primeiro trabalho em janeiro de 2017, sendo ele o “DOSSIÊ: A GEOGRAFIA DOS CORPOS TRANS”, e ao compararmos os dados dos últimos 3 anos, temos:



Gráfico 14 – Comparativo de Assassinatos por Ano em Números Absolutos
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

| Ano/Mês | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|--------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------------|
| 2016 | 16 | 12 | 12 | 5 | 10 | 15 | 15 | 9 | 11 | 12 | 14 | 13 | 144 |
| 2017 | 9 | 13 | 16 | 21 | 16 | 18 | 18 | 9 | 21 | 20 | 8 | 16 | 185 |
| 2018 | 11 | 22 | 16 | 11 | 7 | 13 | 10 | 15 | 9 | 15 | 9 | 12 | 150 |
| Total | 36 | 47 | 44 | 37 | 33 | 46 | 43 | 33 | 41 | 47 | 31 | 41 | 479 |

Tabela 15: Comparativo dos Assassinatos por Mês, nos anos de 2016 a 2018
Fonte: Rede Trans Brasil, 02 jan. 2019

Nos últimos 3 anos foram levantados 479 casos de homicídios contra pessoas trans no Brasil. Vale ressaltar que quando mencionamos pessoas trans, estamos nos referindo a travestis, mulheres trans, homens trans e pessoas não-binárias.

DIÁLOGOS SOBRE VIVER TRANS

Nessa Seção, estamos propondo *Diálogos*, com o intuito de ampliar e qualificar os debates, com temas que envolvem a complexidade do que é Sobre Viver como uma Pessoa Trans no Brasil.

01

História do Movimento de Pessoas Trans no Brasil

Por LIZA MINELLY

02

O Que Significa Ser Trans e Negro/a no Brasil? O Líder nos Rankings Mundiais de Mortes da População Trans e da População Negra

Por RAFAEL CARMO e NATHÁLIA VASCONCELLOS

03

Da Morte Social à Física, Diálogo Sobre o Adoecimento Mental de Pessoas Trans

Por LUCA H. ALVES

04

Direito Reprodutivo do Homem Trans

Por THIAGO RIBEIRO COSTA

05

Avanços do Judiciário no Reconhecimento da Identidade de Gênero da População Trans Brasileira, as Estratégias de Acesso e Desburocratização das Conquistas pela População

Por DEDIANE SOUZA

06

Considerações TRANSitórias

Por REBECCA DE FRANÇA

História do Movimento de Pessoas Trans no Brasil



Liza Minelly⁷

O Início do movimento de pessoas trans se dá na década de 90, com o Movimento AIDS, e, por meio da prevenção que tal epidemia exigia, muitos grupos se constituíram e se firmaram no cenário nacional.

Por outro lado, a violência contra travestis e transexuais era ainda uma questão em aberto e mal resolvida. Vivíamos o final de período de ditadura militar e muitas travestis eram presas por “vadiagem”, termo que depois mudou para “contravenção”.

Embora fôssemos alvo de discriminação, tivemos que mostrar a que viemos, pois, mesmo de forma enviesada, a sociedade esperava mais de nós, esperava uma postura diferente, porém ainda estávamos invisíveis... Sabiam de nossa existência, entretanto, éramos consideradas pessoas de menor valor e expressão, pois quando éramos agredidas nas abordagens policiais, parecia que estavam certos em nos agredir, e isso só passaria a mudar na medida em que tomássemos consciência de nossos direitos e começássemos a nos organizar.

Somente em 1995 tivemos a criação da Associação Brasileira de Gays e Lésbicas (ABGL), em Curitiba-PR, porque antes tínhamos movimentos separados. Tivemos embates políticos fortes com a cúpula dos movimentos, pois o Movimento Trans só poderia aparecer no estatuto e não na sigla. Foram muitas discussões para que fossemos incluídas e com o apoio de militantes da região Nordeste, em assembleia, conseguimos colocar a letra “T”

⁷ LIZA MINELLY é ativista e fundadora da Rede Trans Brasil.

de Travestis e Transexuais. Representou muito e era uma forma de começarem a nos incluir também nos debates e nas propostas de políticas públicas. Foi sem dúvida uma vitória para um movimento que estava começando.

Em 2000 fundamos em Porto Alegre a primeira ONG Nacional de Pessoas Trans, e fui eleita a primeira Presidente e, Cassandra Fontoura, a vice-presidente, embora essa tenha sido apenas o resultado de uma luta anterior que nasceu na cidade do Rio de Janeiro, por meio de outra experiência do Movimento AIDS, que fortaleceu o Movimento TRANS local, que com muita garra e afinco trouxe uma nova vivência, reunindo pela primeira vez as pessoas trans. O Espírito Santo foi o primeiro estado a receber aquele evento, depois Rio de Janeiro e, por decisão, depois se levou aquela experiência a outros estados, demonstrando que já era tempo de sermos representadas nacionalmente, pois queríamos fortalecer as pessoas trans do Brasil. Foi assim, buscando conhecimentos anteriores e alternativas de como fazer que surgiram vários nomes: RENATA, RENTRAL e outros. Depois de enfrentar algumas interferências de outros movimentos, que ainda queriam nos manipular, decidimos no final de 2000, em Porto Alegre-RS, pois já era tempo de nós falarmos por nós, de contarmos nossas experiências, e não mais permitir que outros falassem em nosso nome... já estávamos cansadas de a cada evento fulano ou beltrano estar relatando sobre nossas vivências, sem ter de fato sentido na pele o que é ser uma pessoa trans.

Foi no Fórum AIDS 2000, no Rio de Janeiro, que conheci Nicole Carion do Chile e Lohama Rerkins da Argentina e, em 2002, em Curitiba/PR, elas foram convidadas para o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta Contra a AIDS (ENTLAIDS), e numa conversa com aquelas representantes do Chile, Argentina e Brasil se iniciou uma tentativa de organizar um Grupo América Latina e Caribe, porém não foi para frente. No ano seguinte no Uruguai mais representações trans de vários países (França, Chile, Brasil, Itália, Argentina e Uruguai) pretendiam criar o grupo TRANS DEL MUNDO, mas infelizmente também não houve prosseguimento de tal intenção.

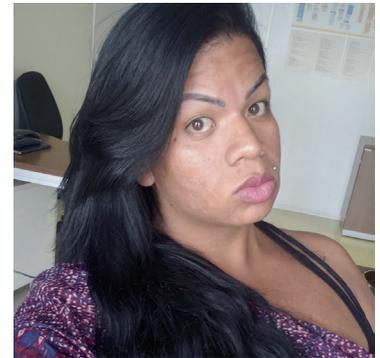
Em 2000, fundou-se na cidade do Rio de Janeiro a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex para América Latina e Caribe (ILGALAC) e fui eleita Secretária das Travestis. Logo depois, em 2004, no Peru, com a presença de várias travestis do México, Brasil, Argentina, Peru e Chile, questionamos a não inclusão do “T” na sigla. Segundo o presidente da ILGA, à época, a marca já era mundialmente conhecida e argumentei que as pessoas trans não são uma marca, mas pessoas de direitos. Eu disse ainda que era só uma questão de tempo e, já que estávamos lá reivindicando, seria oportuno incluir as pessoas trans. Causamos um alvoroço e, em assembleia, conseguimos a inclusão da letra “T”. Entretanto, em 2006, para nossa surpresa, no Peru, a ILGALACT

tornou-se novamente ILGALAC, pois não estávamos presentes. Embora tenha uma secretaria trans na ILGA internacional, ela não articulava os interesses dessa população e se mostrou sem força política.

Em 2006, estávamos participando da *Special Session of the United Nations General Assembly* (UNGASS), em Nova York, Estados Unidos, e lá lideranças trans da Argentina, Brasil, USA e México se reuniram e redigiram o estatuto da *Red Latinoamericana y del Caribe de Personas Trans* (REDLACTRANS). No entanto, estávamos, naquela ocasião, representando o Grupo Esperança e a nossa participação naquele documento não era oficial, portanto, não podíamos representar o Brasil. E, ali mesmo, iniciamos as tratativas com outras lideranças trans para a criação de uma rede no Brasil que nos representasse. E assim, em 2009, na cidade do Rio de Janeiro, reunimo-nos e oficializamos a Rede Nacional de Pessoas Trans (REDETRANS Brasil). Na oportunidade fui eleita presidente e como vice-presidente, Sadessa Vieira. A ideia inicial era reunir pessoas que não estavam se identificando com outras redes, por não se encaixarem ou não se adaptarem com a maneira que estavam sendo representadas.

Foi desse modo que pudemos demonstrar nosso jeito de sermos livres, de expressarmos nossas inquietudes e desejos, sem nos tornarmos reféns da opinião dos outros, sem que outras pessoas falem por nós, pois temos voz e sabemos aonde queremos chegar, exercendo plenamente nossa cidadania com dignidade e contribuindo da melhor forma para um mundo melhor.

O Que Significa Ser Trans e Negro/a no Brasil? O Líder nos Rankings Mundiais de Mortes da População Trans e da População Negra



Rafael Carmo Ramos⁸ e Nathália Vasconcellos⁹

A POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA E A VIOLÊNCIA

Segundo os dados dos ATLAS da Violência 2017 e 2018 produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹⁰ nos mostra que no Brasil, atualmente, de cada 100 brasileiros assassinados no país, 71 são pessoas negras. Ainda de acordo com essa pesquisa, essa população tem maior probabilidade de ser assassinada (23,5%) comparada aos brasileiros de outras raças. Isso tudo sem os recortes de idade, escolaridade, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras. Pessoas negras também correspondem a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios.

Fazendo recortes importantes como os de gêneros/sexo e raça, cabe comentar que:

considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100

8 RAFAEL CARMO RAMOS é Coordenador de Raça e Etnia da Rede Trans Brasil, Coordenador da Rede Paraense de Pessoas Trans, Conselheiro Estadual da Diversidade Sexual do Pará – CEDS/PA e Graduando de Artes Visuais da Universidade Federal do Pará (UFPA).

9 NATHÁLIA VASCONCELLOS é graduada em Tecnologia em Design de Moda e representante da Rede Trans Brasil no Distrito Federal.

10 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 51).

Os homens negros, jovens e de baixa escolaridade são, segundo o estudo, as principais vítimas de assassinatos violentos no Brasil. “Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p.30).

Em 2018, o Atlas da Violência complementa e atualiza que a população negra continua sendo alvo de violência letal no Brasil, que um jovem negro, por exemplo, tem prevalência de 2,7 vezes maior ser vítima de homicídio do que um jovem branco. O documento mostra também que entre 2015 e 2016, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública identificou que entre 78% das mortes decorrentes de intervenções policiais, 76,2% das vítimas eram negras, descontando aquelas em que o marcador raça/cor não foi disponibilizado (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 41).

POPULAÇÃO NEGRA DE PESSOAS TRANS

No Brasil, falar de Transexualidade e Travestilidade é abordar uma temática marginalizada e que até hoje é tratada como tabu pela maioria da população. Visto que, somos o país que mais mata essa população, e quando observamos a partir do recorte racial, geográfico e de classe dentro do movimento LGBTI+, podemos perceber que a invisibilidade é ainda maior. Dos 150 casos de assassinatos de pessoas trans e travestis catalogados no ano de 2018, por exemplo, os dados mostram que 56 mortes foram de pessoas negras e pardas (Dados da Rede Trans Brasil, 2018), considerando o recorte racial feito pelos meios de comunicação, que noticiaram os casos, visto que, 56 outros casos não tiveram a raça mencionada nas notícias, e 38 casos correspondem as pessoas trans brancas. O que nos leva a inferir que o índice de vítimas trans e negras dos assassinatos pode ser ainda maior. Percebemos então que são opressões que se interseccionam pelo fato de serem negrxs, pobres (em sua maioria), nordestinxs ou nortistas, entre outras. A naturalização dessa violência se dá por meio do processo histórico e econômico de desigualdade no país, sendo esses os fatores que fazem com que a sociedade não se identifique com a parcela que mais sofre com esses crimes. Estruturas sociais opressivas que juntas distanciam esses indivíduos da equidade dos direitos humanos, fazendo deles e delas “menos humanos” num sistema que é baseado na supremacia do homem-cis-branco-heterossexual-machista/sexista e de classe alta.

Vivendo em uma sociedade pautada na hegemonia desse sistema, os grupos sociais que não se encontram nessa norma são afetados de forma negativa, pois é visto como inferior, e acabam sendo invisibilizadx. Dessa forma, podemos perceber que a vivência de pessoas trans e travestis se dão de diferentes formas, a partir do momento em que

inseridos a questão da interseccionalidade. Podemos observar que a experiência de vida sofrerá alterações, a partir dos grupos étnicos raciais que fazem parte. Pessoas trans negras, por exemplo, ocuparão locais de inferioridade diante as pessoas trans e brancas dentro dessa estrutura que sistematiza e hierarquiza a sociedade também por seu tom de pele.

De modo geral, as travestis e mulheres trans além suportarem a hipersexualização e a fetichização de seus corpos, vistos como objetos sexuais dos prazeres alheios e comumente associadas a profissionais do sexo, tem que legitimar a todo o momento sua humanidade e sua dignidade humana. Para, além disso, as que são negras também sofrem com o racismo como elemento somático de opressão e repressão. Visto que, não há como desassociar esses fatores, porém ocorre que diversas vezes acabam invisibilizadxs enquanto pessoas trans dentro das discussões de gênero e raça. Ou seja, tende-se a identificar a violência sofrida por travestis, mulheres e homens transexuais apenas como o ataque as suas identidades de gênero, de maneira que a população trans negra tem seus casos de racismo ou violência racial colocadas em segundo plano, passando às vezes despercebidas, já que, a Transfobia se mostra tão “descarada”, enquanto que a discriminação racial pode acontecer discretamente, paralelamente ou até mesmo indiretamente.

Para exemplificar as diversas maneiras que essa violência pode ser intensificada de modo que não se restrinja apenas à física, mas também a psicológica, sendo a segunda, aquela que corresponde a situação em que o indivíduo se sente inferiorizado por não se encaixar na lógica hegemônica do discurso dominante. Pensando em como isso implica na autoafirmação de uma identidade racial, podemos citar o preconceito desencadeado por teorias raciais a partir dos traços fenóticos dos corpos negros, como por exemplo, o cabelo crespo, a pele retinta, o nariz largo e entre outras, usadas com frequência como sinônimo de inferioridade, ao serem comparadas com o cabelo liso, pele clara, nariz fino, etc., caracterizados como superiores nas culturas hegemônicas das sociedades contemporâneas.

Diante dessas marcas de opressões que a população negra sofre, temos como consequência desse processo a exclusão racial. Notamos então, que essa ideologia acaba influenciando inclusive o padrão estético a ponto de destruir a autoestima e construção da identidade da pessoa negra, já que o sujeito não se reconhece diante do padrão estabelecido socialmente por uma classe dominante, portanto, não é uma tarefa fácil e indolor se perceber negro. A desconstrução desse padrão idealizado se torna possível a partir do momento em que nossa referência deixa de ser o fenótipo branco.

Os corpos trans negros também passam por uma negação inicial de sua própria imagem, primeiro por conta da questão da identidade gênero e outra pela racial. Visto que ambas não estão inseridas dentro do padrão aceito pela sociedade. O que acaba

despertando nessas pessoas a necessidade de alguma maneira se sentir pertencente, almejando a aceitação social. Então, elas acabam alisando o cabelo, por exemplo, pois as oportunidades e valores são determinados pelo sistema branco inclusive o que se refere à aparência. Esse simples ato, por exemplo, pode significar também em alguns contextos a sua contratação ou não em uma vaga de emprego. No entanto, fortalecer esse ideal branco é legitimar o apagamento de identidades étnicas e identidade de gênero, inclusive nos dados que indicam os índices oficiais de violência no Brasil.

POPULAÇÃO TRANS NEGRA COMO POPULAÇÃO-CHAVE NO ÍNDICE MUNDIAL DE HIV/AIDS

O recente retorno na epidemia de HIV/AIDS está de certa forma invisibilizada, para a população brasileira, principalmente os jovens, negros e pobres. A tendência forte de aumento dos casos, especialmente na população negra, jovem, pobre e mais especificadamente entre mulheres trans e travestis negras, é alarmante e negligenciada pelo Estado, que se mostra ineficaz na promoção das políticas de prevenção nessas populações. Embora qualquer um possa ser infectado pelo HIV, segundo o último Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS¹¹, publicado pelo Ministério da Saúde, mulheres trans têm 13 vezes mais chances de ser infectada pelo HIV, e se forem profissionais do sexo, como infelizmente é a realidade de grande parte, 13 vezes mais chances. Outro fator que é importante salientar, que se for usuária de drogas injetáveis, tem 23 vezes mais chances.

Observando ainda os índices de óbitos por AIDS e os casos de HIV no último ano de referência constante no mesmo Boletim Epidemiológico, observa-se que a população negra ainda é a maior vítima.

- Nos casos de infecção pelo HIV, com relação à raça/cor da pele autodeclarada, observa-se que, entre os casos registrados no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) no período de 2007 a junho de 2018, as infecções ocorreram em 52,9% dos casos entre negrxs (pretxs e pardxs, sendo as proporções estratificadas 11,4% e 41,5%, respectivamente).
- Quando distribuídos proporcionalmente os óbitos notificados no ano de 2017 por raça/cor, observam 60,3% entre negrxs (46,6% pardos e 14,1% pretos).

Esses dados, apesar de estarem generalizados, nos mostram que a política de AIDS ainda tem muito a avançar, principalmente nas populações mais vulneráveis e minorizadas pela sociedade. A Transfobia e o Racismo Institucional e Estrutural andam aliados, atacando

¹¹ Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hiv aids-2018>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

impetuosamente a população trans e negra; os números não mentem. Estes ainda são evidentes e precisam ser combatidos, como manda a Constituição Federal, a fim de extirpar não somente a discriminação, mas também o adoecimento, o genocídio e a violência contra essas populações.

Por fim, devemos alertar que a população negra é a que corresponde as maiores vítimas da violência brasileira, assim como a população de pessoas trans e travestis. O corpo trans negro sem vida não choca mais, é tido como algo comum. A sociedade naturalizou o que deveria indignar, fazendo parte inclusive de uma herança violenta da sociedade cisgênera branca e escravista em que nosso país foi estabelecido, e, que até hoje, presenciamos as suas consequências que eternizaram a violência, a discriminação e vulnerabilidade social da população negra como um todo.

A morte de uma travesti negra, por exemplo, representa muito mais que um caso de Transfobia, ou seja, não é apenas por essa mulher representar a transgressão de um gênero “escolhido” por outro que a “inferioriza” (visão social), é algo ainda mais simbólico, pois serve também para nos mostrar que vivemos em um país responsável por alarmantes índices de **feminicídio** em que o ódio pela identidade feminina fica evidente, o **genocídio da população negra** (principalmente, os jovens), **racismo estrutural** e a **Transfobia** são escancarados.

Podemos então inferir que esse modelo de sociedade beneficia apenas aqueles que já estão no topo, cheios de privilégios, ou seja, os corpos cis brancos que ainda são tratados como modelo hegemônico. As mazelas enfrentadas pela população trans negra se mantem enraizada e perpetuada no racismo e na transfobia, fazendo-a viver nas desvantagens e transmissão intergeracional da pobreza. O que não permite o desenvolvimento humano dessas pessoas, e que explica índices como o de 90% aproximadamente da população trans/travesti ainda tem como única e obrigatória fonte de renda e sobrevivência a prostituição, já que, encontra barreiras ao acesso e à conclusão de uma educação inclusiva e de qualidade. O que implicará diretamente no acesso ao mercado de trabalho, pois não apresentarão uma qualificação educacional, ou quando superam as estatísticas sociais, não conseguem os empregos por conta do racismo e da transfobia estrutural, limitando os tipos de empregos encontrados por essa população.

Devido à Transfobia familiar essas pessoas também têm seu acesso a moradia negado, sendo forçadas a habitar em áreas com infraestrutura precária, onde estarão expostas ao crime e à violência. O que no caso de travestis e mulheres trans negras tem uma probabilidade maior, em face da somativa de fatores sociais estigmatizados naqueles corpos. A prática de suas próprias religiões e costumes culturais também enfrenta imposições e restrições socialmente, bem como o seu convívio em suas comunidades.

DEMANDAS DA POPULAÇÃO TRANS NEGRA

O Estado deveria fomentar programas federais para erradicar a exclusão e a pobreza, assim permitiria a participação plena e igualitária da população de travestis, mulheres e homens transexuais negros, promovendo a inclusão social em todos os espaços da sociedade (em suas vidas públicas, políticas e econômicas). É dever do Estado assegurar igualdade no acesso à justiça, à saúde e todas as esferas públicas, combatendo os estereótipos e estigmas criados em cima dessa população, para que não se origine a crença de que pessoas cis-brancas tem superioridade étnica e sexual sobre os corpos trans e negros.

Assim, esperamos que todas as agências especializadas, fundos e programas possam desenvolver e implementar iniciativas criativas, que possam fazer uma diferença concreta na vida dessas pessoas, reforçando legislações já existentes que proíbem e criminalizam a discriminação racial, implantando, incentivando a aprovação de leis que também punam a discriminação por identidade de gênero e garantindo que elas sejam aplicadas.

Além disso, o estado brasileiro, respeitando sua Constituição e tratados internacionais dos quais é signatário, deve fomentar e fortalecer políticas inclusivas e reparatórias como “as cotas” também para a população trans, devido à vulnerabilidade social, e, assim, consiga ter qualificação para atuar nas organizações públicas e privadas, bem como a qualificação para profissionais que irão conviver com essa população, pois é necessário que esse ambiente acolha as pessoas trans, de modo que se garanta a permanência delas, em todos os espaços, sejam eles educativos ou de mercado de trabalho. Por isso, é fundamental a ampliação de projetos que possibilitem a inserção dessas pessoas em organizações e empresas, multiplicando as informações e o acesso ao conhecimento sobre a herança cultural da população afrodescendente e das suas muitas contribuições fundamentais para a melhoria da humanidade.

REFERÊNCIAS:

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da violência 2017. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2017. 69 p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>. Acesso em: 22 out. 2018.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2018. 93 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

Site: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hivaid-2018>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

Da Morte Social à Física, Diálogo Sobre o Adoecimento Mental de Pessoas Trans



Luca H. Alves¹²

“O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo”. Não há novidade alguma nesta informação, pois os números da violência contra a população trans a cada dia ficam mais alarmantes, ainda mais por serem estimativas de monitoramentos independentes, feitos por coletivos e instituições que se mobilizam para apurar da forma mais responsável e fidedigna, porém, por falta de meios, é quase impossível se chegar a uma exatidão. Mesmo que seja um número grande de suicídios, de execuções cruéis e de mortes sociais dessa população, a sociedade quase nunca toma conhecimento sobre tal realidade. A morte de uma pessoa trans é uma morte silenciosa e, muitas vezes, solitária, reflexo de uma vivência, sem o devido respeito e visibilidade.

Torna-se impossível falar sobre o adoecimento mental da população trans sem abordar o tema da visibilidade. Uma vez que a sociedade não nos vê como parte de um todo social, pois temos necessidades como qualquer outra pessoa nas práticas sociais: estudamos, trabalhamos, compramos, vamos à farmácia, padaria e etc. O que vivemos cotidianamente é a perda de civilidade, e nos é tirado o direito de existir. Há uma desumanização de um corpo, de um indivíduo, culminando assim na sua marginalização. A partir daí fica simples traçar uma linha que leva a pessoa trans, de forma rápida, da morte social à física. Primeiramente, na maioria dos casos é expulsa de casa ou não bem aceita pela família, dificultando suas vivências familiares. A expulsão ou a não aceitação no ambiente familiar torna obrigatória a busca por uma independência financeira, e aí a pessoa trans recebe

¹² LUCA H. ALVES é designer gráfico, ativista em Direitos Humanos e representante da Rede Trans Brasil no estado de Goiás.

várias negativas e as oportunidades são limitadas e massacrantes. Socialmente, essa pessoa já está morta.

Num país onde o preconceito e conservadorismo são uma constante e a cada dia se perpetuam, a intolerância, a violência e o medo se alastram e impregnam dentro de nós.

Vivemos ainda num país onde temos poucos direitos como pessoas trans e no pouco que temos a ainda é com muitas dificuldades. Na saúde nos tratam como corpos ainda em estudo, um estudo em andamento no qual as respostas finais de como nossos corpos se comportarão, ainda não existe.

Diante dessa realidade complexa, seria possível manter saudáveis nossas mentes? A sociedade infelizmente não nos ouve ainda. A sociedade nos exclui na tentativa de nos apagar, e nós, o que estamos fazendo para não deixar a sociedade concluir seu plano de morte direta ou indireta à população trans?

Precisamos nos apoiar, precisamos falar sobre nossa saúde mental, precisamos procurar profissionais que nos auxiliem nessa jornada, médicos, psicólogos, psiquiatras, neurologistas, que podem nos ajudar e nos orientar para termos nossa saúde mental em dia.

Precisamos apoiar amigos, amigas e pares a procurarem ajuda, além de conselhos amigáveis. Precisamos falar de suicídio e discutir mecanismos de redução de tal prática. A taxa de suicídio no mundo cresce todos os dias. Em uma pesquisa publicada no jornal norte-americano *Pediatrics*, é relatado que o índice de tentativas de suicídio entre adolescentes de 11 a 19 anos, separando por grupos de acordo com a identidade de gênero. É alarmante ver que a população trans está no topo das tentativas de suicídio entre 2012 e 2015. Sobre o mesmo tema o professor Russell. Toomey cita que 14% dos adolescentes que colaboraram com a pesquisa já haviam feito alguma tentativa de suicídio, e que dos homens trans 50,8% já haviam tentado alguma vez cometer suicídio¹³.

O suicídio e a depressão estão bem presentes na vida da pessoa trans e isso é preocupante, pois uma vez que a pessoa se identifica como pessoa trans mudanças já começam a ser esperadas, ficam ansiosas, preocupam-se com sua evolução em mudanças físicas rápidas, mas acabam deixando de lado e esquecendo que junto com o físico, a parte que mais sofre é a mente.

Por fim, precisamos tomar consciência de nosso corpo de modo geral, físico, mental e espiritual, para que, assim, consigamos nos manter saudáveis e com equilíbrio, desconstruindo o fracasso que a sociedade espera de nós, quebrando as estimativas, os estigmas, e vivendo de forma plena por mais tempo que os 35 anos de expectativa de vida que a sociedade nos empurra goela a baixo e que cessem as mortes sociais e físicas, e a plenitude de ser quem somos seja de fato exercida.

13 TOOMEY, R.; SYVERTSEN, A.; SHRAMKO, M. Transgender Adolescent Suicide Behavior: *Pediatrics*. October, 2018, Volume 142 / ISSUE 4 Article.

Direito Reprodutivo do Homem Trans



Thiago Ribeiro Costa¹⁴

O desemprego e a sua precariedade são bem comuns, quando se tratam da inclusão de mulheres cisgêneros, mulheres e homens trans no mercado de trabalho, pois essas três populações correspondem a grupos de “minorias”, em relação aos grupos hegemônicos. E quanto aos seus direitos descritos na legislação vigente ainda estão longe de se efetivarem. O que os/as aproxima é a associação a uma figura de provedores/as do lar, das necessidades dos demais familiares e uma constante submissão por muitas vezes não proverem financeiramente o lar. A questão financeira está diretamente vinculada à saúde para os homens trans e para as mulheres trans, pois necessitam, na maioria das vezes, recorrer a profissionais liberais que tentam compreender as especificidades desse “novo público”, para não recorrerem à ilegalidade ao fazerem o processo de hormonização e outros procedimentos de maneira clandestina. Os/As três também têm em comum a associação ao espectro da feminilidade de alguma forma ou em algum período da vida por mínimo que seja (no caso dos homens transgêneros).

O homem transgênero quando não possui “passabilidade cisgênera heteronormativa”, ou quando não está se hormonizando ou nem pretende se hormonizar, não é “lido” como homem, a não ser que possua marcadores ditos masculinos como: corte de cabelo curto, use roupas ditas masculinas, tenha comportamentos dentro das normativas do “Macho Alfa” e em hipótese alguma é permitido que ele mantenha comportamentos, expressões ou marcadores ditos femininos. Muitas vezes, coisas simples como sentar de pernas cruzadas, usar bolsa ou outros acessórios, ser atencioso e amoroso com alguém sem interesse sexual, e outras coisas que são vistas com maus olhos, podendo ser interpretado precipitadamente pelas pessoas como um interesse homoafetivo ou homossexual, pois existe um forte discurso de que a transexualidade seria uma possível “cura gay”, tendo a mesma como uma espécie de reiteração inequívoca do discurso heteronormativo, negando a fluidez da sexualidade na vida das pessoas transgênero que lutam diariamente pela mudança de sua identidade de gênero.

As reafirmações de gênero sobre os corpos que transgridam as normas são empurradas goela abaixo como condições extremamente necessárias, para que haja uma aceitação dos mesmos como homens e mulheres pela sociedade. Não há liberdade de escolha

¹⁴ THIAGO COSTA é formado em Nutrição, ativista de direitos humanos, facilitador da temática de gênero e sexualidade e pós-graduado em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos.

sobre a sexualidade das pessoas transgêneros. Existem hoje discursos que afirmam que pessoas transgêneros não podem se identificar como Bissexuais, Gays, Lésbicas, Pansexuais ou *Allgender* que já perdem a legitimidade sobre suas identidades de gênero. Essas reafirmações como condições necessárias e impostas são outro fator que dificulta a “leitura” de homens trans como homens de fato.

O discurso biologicista e essencialista proferido por uma grande parcela da população (86% cristãos, 64,6% católicos e 22% evangélicos segundo dados do IBGE divulgados em 2010)¹⁵ tem ligação com a estruturação da sociedade voltada para a igreja que, por muito tempo, manteve um discurso da sexualidade como tabu e reduzida ao ato de praticar sexo por homem e mulher cisgênero para procriação da espécie, e a punição de algo incomum a isso. Os corpos também eram vistos como úteis para produzir. Isso nos traz um *link* com o que Badinter (2011), quando afirma: “O mundo do trabalho é decepcionante, se não lhe concede o justo lugar que você merece, nem a situação social nem a financeira que você espera, do que adianta transformá-lo em prioridade?”.

A necessidade financeira se impõe por simples motivos de sobrevivência, várias mulheres cisgênero começaram a ver a família e maternidade como outra situação qualquer e que a educação de seus filhos poderiam ser obras-primas. Simultaneamente ouviu-se cada vez mais o discurso biologicista da “essência da mulher” e do “instinto materno”. E eu me pergunto: como ficam os homens que geram? Eles por terem nascido com órgãos reprodutores ditos femininos têm instintos maternos e essência feminina? E como ficam as mulheres que nasceram com órgãos reprodutores ditos masculinos? Elas não podem ter instinto materno e essência feminina? A existência vem antes da essência.

Nesse contexto, Corrêa e Petchesky (1996) afirmam que direitos sexuais e reprodutivos podem ser definidos em termos de poder de tomada de decisões com base em informações seguras sobre a própria fecundidade, gravidez, educação dos filhos, saúde ginecológica, atividade sexual e recursos para levar à frente tais decisões de forma segura. Isso está no campo da “integralidade corporal” ou “controle sobre o próprio corpo”, porém também envolve relações de parentalidade, conjugalidade e sociabilidade.

Segundo Corrêa; Alves e Januzzi (2006) direitos reprodutivos e saúde sexual são conceitos desenvolvidos recentemente e demonstram uma conquista histórica, fruto da luta pela cidadania e pelos direitos humanos e ambientais. Os momentos de discursos sobre direitos reprodutivos, na maioria das vezes, deram-se a partir do ponto de vista de mulheres cis, que estavam engajadas com o movimento feminista e outras frentes de militância. Durante esse período de conquistas e mudanças no panorama da saúde, a partir das lutas feministas no Brasil, pudemos observar a fragmentação dos movimentos sociais e um início de cobrança pelo atendimento e inclusão da população LGBT nas redes de saúde. A população “T” começou a ser visualizada apenas em campanhas de prevenção a HIV/AIDS e demais IST. A partir daí geraram hierarquias e relações sociais assimétricas e desiguais, em termos de marcadores diversos, tais como: classe social, raça, etnia e identidade de gênero. Identidades de gênero divergentes, até hoje não são vistas como “naturais” e sofrem um processo de perda sobre domínio do próprio corpo vinculado a medicalização.

15 Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao&view=noticia>>. Acesso em 26 dez. 2018.

A ideia de “pessoa normal” vem do discurso essencialista que vê como normal algo que acontece em maior escala e acaba sendo naturalizado. Nesse sentido, White (1995) aponta uma espécie de legitimação da dominação e sua ligação com o efeito *looping* nas espécies humanas. Contudo, essa escala pode variar alterando a curva da normalidade, naturalizando algo novo em questão como a inserção dos homens trans nas pautas de discussão sobre direitos reprodutivos e saúde sexual, que teve origem nos movimentos feministas de controle de natalidade, que traziam a ideia de que a mulher deve ser particularmente capaz de decidir se quer e quando quer ter filhos. E inseridos nesse contexto, com o alargamento da curva de normalidade, deve haver uma futura discussão sobre direito dos homens transgêneros ao pré-natal, para que possam gerar uma criança sadia, seja pelo atendimento do SUS ou rede particular, acompanhamento ginecológico para o homem trans com variações e especificidades em relações sem penetração como, por exemplo, a relação sexual do homem transgênero com a mulher cisgênero ou com outro homem transgênero.

A nova morfologia corpórea traz conflitos para a gramática cisgênera que contempla apenas os pares “homem-pênis” e “mulher-vagina”. O corpo “testosteronado” abre espaço para a dúvida, para novas leituras e interpretações de que é gênero, do que ser homem e mulher significam. Como o SUS foi constituído em 1988 o enfoque e perspectivas de saúde eram bem diferentes e necessitam de alguns reajustes para se aproximar da realidade atual do público atendido, e com esta nova perspectiva da saúde do homem, e o foco na gravidez masculina a partir da experiência da gestação do homem trans. O Ministério da Saúde precisará criar, por sua vez, campanhas específicas para o homem trans, já que os mesmos não estão inseridos na saúde da mulher, tampouco na saúde do homem existentes nas redes de saúde públicas ou particulares. Entretanto, é inegável que o movimento feminista tenha contribuído para a alteração na curva de normalidade, possibilitando assim a inserção do homem e mulheres trans, trazendo consigo também um debate sobre as limitações das políticas de gênero na saúde.

REFERÊNCIAS:

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

CÔRREA S., ALVES J.E.D., JANNUZZI P.M. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In: CAVENAGI S., coordenador. **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP, 2006.

CÔRREA, Sônia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 147-177, jan. 1996.

HACKING, Ian. Understanding social causality: The looping effects of human kinds. In: SPERBER, Dan; PREMACK, David; PREMACK, Ann James. **Causal Cognition: A multidisciplinary debate**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1995. cap. 5, p. 351-394. v. 1.

Avanços do Judiciário no Reconhecimento da Identidade de Gênero da População Trans Brasileira, Estratégias de Acesso e Desburocratização das Conquistas pela População



Dediane Souza¹⁶

O reconhecimento das identidades trans no Brasil só se tornou possível após uma decisão do Supremo Tribunal Federal no ano de 2018, antes disso a população de travestis e transexuais não tinha o reconhecimento de sua identidade de gênero.

Importante ressaltar, que o não reconhecimento das identidades trans é negar a existência a uma parcela de pessoas que ainda não acessaram a cidadania e que vivem à margem de uma sociedade que elimina cotidianamente esses sujeitos do acesso às políticas públicas básicas de acesso à saúde, educação, cultura e, fundamentalmente, o direito de existir.

No Brasil as travestis e transexuais são assassinadas todos os dias por uma sociedade que naturaliza o ódio contra esses corpos, é triste os dados alarmantes de assassinatos, no mesmo ano que a Suprema Corte reconhece o direito da retificação de prenome e gênero das pessoas trans, 150 travestis e transexuais (Dados da Rede Trans Brasil, 2018) foram assassinadas com requintes de crueldade e com características de crimes de ódio.

O STF julgou em março de 2018 a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) proposta pela PGR (Procuradoria Geral da República) que teve como objeto a questão da retificação de prenome e sexo de pessoas travestis e transexuais nos registros civis

¹⁶ Jornalista e Coordenadora Executiva da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SDHDS da Prefeitura Municipal de Fortaleza-CE.

independente de cirurgias e com base nos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana, da Não Discriminação, Igualdade e Isonomia, devendo nesse sentido o artigo 58 da Lei 6.015/73 ser interpretado de acordo com a Constituição Federal cujo pedido feito pela Procuradoria também englobou não só a desnecessidade de cirurgia, mas também a desnecessidade de apresentação de laudos e não mais haver necessidade de intervenção Judicial para essa retificação.

Por decisão unânime, a Suprema Corte decidiu pela procedência total dos pedidos, sendo assim, não mais haverá necessidade da intervenção do Poder Judiciário.

A Corregedoria Nacional de Justiça regulamentou no dia 29 de junho a decisão da Suprema Corte que trata da alteração, em cartório, de prenome e gênero nos registros de casamento e nascimento de pessoas trans e travestis. [O Provimento de Número 73](#) prevê a alteração das certidões sem a obrigatoriedade da comprovação da cirurgia de mudança de sexo nem de decisão judicial.

O Provimento garante o direito a toda pessoa maior de 18 anos habilitada à prática dos atos da vida civil, requerer a averbação do prenome e do gênero, a fim de adequá-los à identidade auto percebida.

O requerente deve apresentar, obrigatoriamente, documentos pessoais; comprovante de endereço; certidões negativas criminais e certidões cíveis estaduais e federais do local de residência dos últimos cinco anos. Deve apresentar ainda certidão de tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos e certidões da justiça eleitoral, da justiça do trabalho e da justiça militar (se o caso).

DOS DESAFIOS DA GARANTIA DO DIREITO

Ao normatizar os procedimentos para Retificação de Prenome e Gênero no Registro Civil de pessoas travestis e transexuais em todo o território nacional, o Provimento nº 73 da Corregedoria Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não versou expressamente sobre direito à gratuidade dos procedimentos requeridos para retificação, tais como a atualização da Certidão de Nascimento ou Casamento, a emissão de Certidões dos Cartórios de Protesto e da nova Certidão de Nascimento já retificada conforme a solicitação da parte interessada.

Para obter as quase duas dezenas de documentos requeridos pelo Provimento supra, incluindo cópias, autenticações, emissão de certidões, reconhecimento de firma etc., há um gasto mínimo em torno de R\$ 250,00 a R\$ 300,00, se o cartório de registro da

pessoa interessada estiver situado no município de Fortaleza¹⁷. Observamos, pois, que pode ocorrer uma barreira econômica envolvendo o acesso à documentação pessoal sem discriminação de qualquer natureza.

O *Relatório Anual do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra: Atividades e Perfil da População LGBT Atendida em 2017* (SCDH, 2018) revela, por exemplo, que as pessoas assistidas estavam, em sua maioria, fora do mercado formal de trabalho ou inseridas em relações precárias de subemprego, apresentando níveis preocupantes de acesso à renda. Considerando o universo de pessoas que forneceram informações sobre este tópico, observamos 71% das pessoas atendidas sobreviviam com renda entre 0 e 1 salário mínimo, o que impede, na maioria dos casos acompanhados, o custeio dos processos relativos à retificação do Registro Civil.

Por outro lado, o direito à documentação pessoal de pessoas com hipossuficiência é um direito garantido pela Lei Federal nº 9.534, de 1997, que dispõe sobre a isenção do pagamento de 2ª via das pessoas reconhecidamente pobres, comprovada por declaração do próprio interessado ou a rogo. Deste modo, nosso entendimento é que a retificação de prenome e gênero no registro de pessoas transgêneros se trata exatamente da expedição de uma nova via, alterada em virtude de direito amplamente pacificado, portanto, a gratuidade para aqueles/as que declaram hipossuficiência seria compatível ao disposto no ordenamento legal brasileiro.

No entanto, desde a publicação do Acórdão pelo STF e dos provimentos Estaduais e CN-CNJ sobre o tema, o CRLGBTJD tem realizado encaminhamentos de usuários/as Trans aos Cartórios de Registro de Pessoas Naturais e aos Cartórios de Protesto, solicitando a isenção de emolumentos relativos à documentação necessária e processamento para Retificação do Registro Civil, quando dimensionada a questão da hipossuficiência durante o atendimento com profissional do Serviço Social. Desde então, parte dos/as assistidos/as teve a solicitação de isenção de taxas negadas em alguns cartórios e outra obteve êxito no procedimento, sendo cotidianos os relatos de que os Cartórios têm: I) se negado a responder por escrito os casos de indeferimento do pedido; II) atendido apenas parcialmente a solicitação de isenção, cobrando taxas de comunicação com órgãos oficiais, autenticações ou se limitando à expedição de via atualizada pré-retificação; III) atendido à solicitação sob resistência, condição vexatória ou sob a condição de que não sejam mais encaminhadas solicitações desta natureza pelo CRLGBTJD, pois só reconheceriam a legitimidade do pedido formalizado pela Defensoria Pública do Estado ou em cumprimento de Decisão Judicial.

¹⁷ Variáveis como ter passaporte, ter sido registrada em cartório de outro município ou não ter conta de água, luz ou telefone no nome da parte requerente podem alterar o valor gasto em cada processo. Neste último caso, por exemplo, a requerente necessita apresentar uma declaração de residência da pessoa com quem mora e é titular das contas dos serviços de água e luz, abrir e reconhecer firma neste documento.

Diante do exposto, torna-se mister um parecer sobre:

- a) A possibilidade e condicionalidades de isenção de taxas relativas à documentação requerida pelo Provimento CNJ nº 73/2018 para retificação prenome e gênero no Registro Civil, incluindo atualização de Certidão de nascimento, a autenticação das cópias de documentos pessoais, reconhecimento de firma, emissão de Certidões dos Cartórios de Distribuição de Protesto, emissão da nova Certidão de Nascimento devidamente retificada, comunicação com os órgãos oficiais expedidores de RG, CPF, Passaporte e Título de Eleitor, com o cartório de origem e credores.
- b) O fluxo adequado do pedido de isenção das taxas supra, verificando a legitimidade jurídico-administrativa do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra - CRLGBTJD ou qualquer outro serviço da Rede sócio assistencial encaminhar usuários/as travestis e transexuais aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais e Cartórios Distribuição de Protestos, solicitando (via ofício de encaminhamento) a integral gratuidade dos processos e documentos relativos à retificação, quando indicada a impossibilidade do custeio destas despesas durante o atendimento com profissional do Serviço Social ou a pedido direto do próprio interessado, por auto declaração de hipossuficiência.
- c) A legitimidade/legalidade do fato de alguns cartórios estarem estabelecendo cotas de gratuidade, estabelecendo um número limitado de requerimentos de isenção de emolumentos por mês.

Necessitamos urgentemente de políticas públicas de combate à discriminação e de reparação dos contextos de vulnerabilidade da população de travestis e transexuais, do reconhecimento dos assassinatos contra essa população.

O governo brasileiro necessita reconhecer, promover e garantir a cidadania plena para uma população que ainda passa pelo desafio de ser tratada como humana.

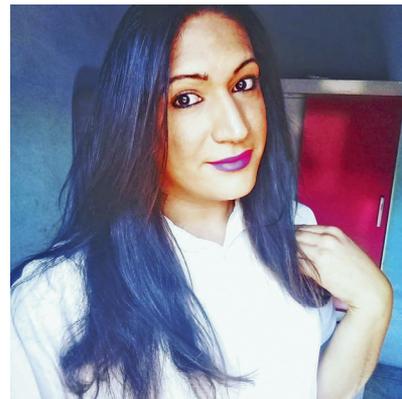
REFERÊNCIAS:

Relatório Anual do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra. Disponível em: <<https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/servicos/centro-de-referencia-lgbt-janaina-dutra>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

Levantamento LGBTCIDIO no Ceará. Disponível em: <http://cmfor3.virtuasever.com.br/media/sapl/public/materialegislativa/2018/40354/40354_texto_integral.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.

Site: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-29/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo-registro-transexuais>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

Considerações TRANSitórias



Rebecka de França¹⁸

A Rede Trans Brasil foi a instituição pioneira, desde 2016, em diagnosticar, qualificar e quantificar as violências e mortes da população de travestis, mulheres trans e homens trans do país. A Rede conta na atualidade além de suas afiliadas (nos 26 estados e no DF) com a participação de membros de outras instituições governamentais e não-governamentais e pessoas espalhadas por todo o mundo.

Esse mapeamento é capaz de apontar ao mundo as violências transfóbicas que são acometidas dentro do território brasileiro. As violações de direitos resultam em invisibilização, traumas, torturas e mortes, até então desconhecidas pela maioria de nossa nação e do mundo. Os dados catalogados são cruciais para denunciar esse tipo de negligência por esse quantitativo da população.

As mortes contabilizadas nem sempre são formalizadas, uma vez que as famílias não reclamavam seus corpos, a imprensa não divulgava com forma respeitosa o falecimento de uma pessoa trans e o Estado enterra esses corpos de forma indigente, sem nenhum tipo de cerimônia, causando assim a morte do corpo e dos direitos dessas pessoas.

O que constatamos é que a uma pessoa trans é recusada, desde o seu nascimento até o fim da sua vida, o direito de ser elx mesmx. As histórias de exclusão social e discriminação são reafirmadas por meio de discursos sobre a violência e o desprezo social que sofrem todos os dias. Na fala das pessoas trans, observa-se um sentimento de aflição, resultante dos confrontos e enfrentamentos rotineiros e da não aceitação da sociedade, que podem levar, em muitos casos, até ao suicídio.

A Rede Trans Brasil é uma das primeiras entidades nacionais a representar a população

¹⁸ REBECKA DE FRANÇA é professora, licenciada em Geografia, membra do Comitê LGBT do Rio Grande do Norte, presidenta da ATRANSPARENCIA-RN e Representante da REDE TRANS Brasil.

trans e a colocar para a sociedade brasileira e para o mundo a real situação do genocídio da população Trans do Brasil (Transfeminicídio).

Em relação à quantificação da população trans brasileira, feita inicialmente pela Rede Trans Brasil em 2016, pode-se constatar que, nas regionalizações do país, existe uma grande concentração de Travestis e Transexuais na região Sudeste do Brasil. Movidas pelo fluxo da prostituição, as mesmas migram de suas regiões natalícias (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul), buscando as cidades e capitais que podem exercer seu trabalho com profissional do sexo.

Segundo Dados da Rede Brasil, 2018 começou com uma triste realidade. Vê-se que apenas no primeiro trimestre superou os anteriores como o “mais violento” para a população trans no país dos últimos três anos. Desde que se começou a contabilizar esses assassinatos, 2018 já pode ser considerado como um ano de truculentas batalhas pela sobrevivência dessa população, não se observando nenhuma demanda que retroceda essas violências por parte do Estado, pois mesmo com os números de homicídios e violações de direitos, os órgãos governamentais continuam ausentes, sem dialogar e excluindo o tema “Gênero” das discussões e dos espaços pedagógicos.

Nas lutas e holocaustos vividos pela população trans, há nomes que não podem ser esquecidos, como o da Doutora Leilane Assunção, uma das maiores referências do movimento trans do Rio Grande do Norte e do Brasil, que conseguiu visibilidade no país ganhando o prêmio de Direitos Humanos em 2011.



A Professora Leilane recebendo prêmio de Direitos Humanos, 2011.
Fonte: ATRANSPARÊNCIA-RN

No entanto, em 2018, a professora Leilane deixa esse plano e nos brinda com um legado de experiências que perpassará gerações. Em uma de suas várias falas icônicas, ela dizia: “Quando a gente é trans, a militância não é uma opção. É um imperativo ético sobre as nossas vidas: ou a gente luta ou a gente morre. E mesmo lutando a gente morre”.¹⁹

Urge, portanto, que ações conjugadas de entes federativos, estaduais e municipais sejam implementadas com maior brevidade, para que desconstruamos uma cultura transfóbica, misógina e machista, que tenta exterminar quaisquer seres humanos que vão de encontro aos padrões heterocisnormativos pré-estabelecidos.

Ainda assim acreditamos em dias melhores, que as pessoas trans possam exercer seu modo de existir com dignidade e orgulho na família, no trabalho e em todos os setores da sociedade. Por isso, é preciso darmos as mãos para nos apoiarmos e manter a nossa existência.

¹⁹ Disponível em: <<https://lidejornal.wordpress.com/2017/12/11/quando-a-gente-e-trans-ou-a-gente-luta-ou-a-gente-morre/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.



Os Workshops Nacionais da Rede Trans Brasil como Estratégias para Romper o Silenciamento e o Ciclo de Opressão



Os *Workshops* Nacionais da Rede Trans Brasil como Estratégias para Romper o Silenciamento e o Ciclo de Opressão

A ideia inicial de se fazer *Workshops* para formação política e empoderamento das pessoas trans, visando o fomento de propostas para intervenção nas políticas públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, aconteceu durante nosso planejamento estratégico em novembro de 2014. A partir de então, idealizamos a realização de um encontro com formato inovador e propositivo, priorizando o modelo de participação horizontal e igualitária entre facilitadores/as e participantes, com metodologias que favorecessem a participação de todas e todos, em rodas de conversas, incluindo temáticas que são prioritárias para a população trans, tais como: Saúde, com foco histórico nas ações prevenção às IST/HIV/AIDS; Educação; Segurança Pública e Trabalho, priorizando a transversalidade e um olhar na política geral dos Direitos humanos para a população de pessoas travestis e transexuais.

Além de ricas estratégias de controle social como mecanismo de garantia das conquistas que são trazidas pela experiência de participantes e convidados/as, nesse modelo de *Workshops*, priorizamos a construção coletiva de proposições de intervenção nas políticas públicas específicas e com equidade.

Fazem parte ainda das metodologias dos eventos da Rede Trans Brasil a troca de vivências sobre o silenciamento de parte da história das pessoas trans no Brasil, trazendo à tona a importância das travestis e transexuais na luta contra a repressão, as denúncias de falta de humanização dos profissionais da saúde na implementação das novas tecnologias de prevenção junto a essas populações fazem, além de debater sobre a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho formal, buscando alternativas para desviarem-se da lógica que as designa a prostituição como única possibilidade, e ainda discutindo sobre a exclusão de travestis e transexuais do ambiente escolar, assim como a importância de projetos que busquem reinseri-las na educação formal e, conseqüentemente, nas universidades, rompendo, assim, com o ciclo de opressão que foram submetidas ao longo da história.

A REDE TRANS BRASIL JÁ REALIZOU AS SEGUINTE EDIÇÕES:

I Workshop Nacional da Rede Trans Brasil. Aracaju-SE. Dezembro de 2015. Organização: ASTRA-SE/ Rede Trans Brasil

II Workshop Nacional da Rede Trans Brasil. Florianópolis-SC. Dezembro de 2016. Organização: Grupo Estrela Guia /Casa da Mulher Catarina/Rede Trans Brasil.

III Workshop Nacional de Rede Trans Brasil Curitiba-PR. De 15 a 17 de Dezembro de 2017. Organização: Transgrupo Marcela Prado /Rede Trans Brasil

I Encontro Nacional de Homens Trans da Rede Trans Brasil. Aracajú-SE. De 1 a 4 de agosto de 2018. Organização: Núcleo de Homens Trans da Rede Trans Brasil

IV Workshop Nacional da Rede Trans Brasil. Goiânia-GO. De 14 a 17 de Dezembro de 2018. Organização: Fórum de Transexuais de Goiás/Rede Trans Brasil



III WORKSHOP **NACIONAL** DA REDE TRANS BRASIL

15 A 17 DE DEZEMBRO DE 2017 CURITIBA - PR

Educação e Trabalho
Oportuniza a Inclusão Social



III WORKSHOP NACIONAL DE REDE TRANS BRASIL

TEMA: EDUCAÇÃO E TRABALHO OPORTUNIZAM A INCLUSÃO SOCIAL

APRESENTAÇÃO:

O III Workshop Nacional de Rede Trans Brasil aconteceu em Curitiba-PR, no período de 15 a 17 de dezembro de 2017, com a organização do Transgrupo Marcela Prado e Rede Trans Brasil.

Naquela oportunidade, participantes e facilitadorxs tiveram, durante as rodas de conversas e partilhas de experiências, momentos de crescimento pessoal e puderam assim se fortalecer para as lutas cotidianas.

As discussões a partir de painéis temáticos trouxeram muitas contribuições para a efetivação de políticas públicas para pessoas trans no Brasil, dentre as temáticas abordadas na programação estavam: a importância de indicadores sobre a população trans para a construção de políticas públicas; diagnóstico das violações de direitos humanos e políticas de segurança pública; políticas de saúde pública com foco na prevenção às IST/AIDS e HIV para população de homens trans; processo transexualizador e as reais necessidades para garantia de tratamento que contemplem as necessidades de pessoas trans; dentre outros.

SEGUEM PROPOSTAS EXTRAÍDAS DO III WORKSHOP NACIONAL DE REDE TRANS BRASIL:

PAINEL:

PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DA POPULAÇÃO TRANS BRASIL, IMPORTÂNCIA NA PRODUÇÃO DE DADOS PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLATIVAS E JUDICIÁRIAS

Propostas:

Definir institucionalmente o mecanismo de auto declarações para pessoas trans, quando estas estiverem submetidas uma ação afirmativa;

Mapear a população em condição carcerária e entender quais são as principais violações de direito, com recortes étnico-raciais, classe e níveis de escolaridade;

Propor ao IBGE a inclusão de identidade de gênero como campo obrigatório de pesquisa e senso demográficos;

Definir pelos próprios movimentos os critérios de auto declaração para o sistema de cotas/ações afirmativas;

Mapear, diagnosticar e divulgar as políticas públicas e leis de proteção à população trans que sofrem violência no ambiente de trabalho;

Propor a construção de programas de inclusão para o mercado de trabalho, acesso à educação, política de Assistência Social e Saúde para travestis, homens e mulheres transexuais, a exemplo do “Transcidadania”, nas capitais dos estados da região norte;

Propor a aprovação de Leis que garantam o acesso ao mercado de trabalho por travestis e transexuais- A exemplo da proposta de lei que deduz impostos para cada posto de emprego criado para travestis e transexuais;

PAINEL: DIAGNÓSTICO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, BUSCA DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS DA GESTÃO DE ESTADOS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Propostas:

Buscar articulações com o Legislativo e a gestão pública em D H a proposição de criação do Observatório nacional da política pública da população trans, possibilitando assim o mapeamento, a identificação e proposição junto aos aparelhos de gestão pública ligadas ao público LGBT;

Buscar apoio internacional as contra violações de direitos humanos da população trans brasileira, respeitando os recortes étnico-raciais e de classe;

Realizar consultas sobre os aparelhos de direitos humanos, segurança pública, promovendo o levantamento e sistematização de dados de forma metodologicamente adequada para uso na fundamentação de legislação específica referentes às violações dos direitos humanos;

Difundir e facilitar o acesso à população sobre seus direitos e facilitar o ajuizamento de ações de dano moral;

Ocupar espaços de deliberação e estâncias de direito social e segurança pública através das entidades que fazem parte da Rede Trans Brasil;

Mapear os estados que dispõem o campo do “nome social” e “tipificação do crime” para coletas de dados de segurança pública e propor a gestão dos estados, para identificar quando se trata de uma violência sobre pessoas trans;

Articular junto ao Ministério Público dos Estados publicações termos de normativos que garanta o uso do nome social em todos os serviços públicos e privados.

PAINEL: POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA COM FOCO NA PREVENÇÃO ÀS IST/AIDS E HIV PARA POPULAÇÃO DE HOMENS TRANS

Propostas:

Propor a criação de material educativo que sensibilizem sobre IST (sobretudo HPV), e cuidados sobre a auto-hormonização dos homens trans, bem como a gestão com riscos de homens trans, sobre a saúde (criação de cartilhas educativas da Rede Trans Brasil direcionada exclusivamente ao público);

Propor treinamento aos profissionais de saúde ao tratamento ginecológico, mamografias aos homens trans;

Inclusão do campo “trans” nos formulários SUS para não inviabilizar o acesso de exames homens trans que já estão com documentos retificados;

Criar e fomentar de tecnologias que promovam métodos contraceptivos e instrumentos de prevenção mais adequados para os homens trans, visto que a camisinha interna vaginal é inadequada e invasiva;

Mapear, diagnosticar, divulgar e gerar banco de dados epidemiológicos sobre a saúde sexual e reprodutiva dos homens trans, dando ênfase à prevenção e transmissão do HPV;

Propor estudos na área de hormonoterapia de homens trans e as consequências sobre transmissão e aumento da vulnerabilidade das relações sexuais, e IST dos homens trans;

Padronizar os formulários de sistema incluindo os campos: “Nome Social”, “Orientação Sexual” e “Identidade de Gênero” e realizar a formação dos atendentes para garantir o acesso permanente da população de travestis e transexuais em toda a política de saúde.

PAINEL:

PROCESSO TRANSEXUALIZADOR E AS REAIS NECESSIDADES PARA GARANTIA DE TRATAMENTO QUE CONTEMPLAM AS NECESSIDADES DE PESSOAS TRANS

Propostas:

Propor a implementação de Ambulatórios Trans em todas cidades com população maior ou igual a 200 mil habitantes;

Implementar ações que contemplem a saúde mental, uso abusivo ou adição em drogas lícitas e ilícitas por negligenciamento da medicina sobre a pauta trans e a contaminação com IST como fatores que atravessam o processo transexualizador;

Levantar junto ao ministério e rediscutir “processo transexualizador” para valorização da política dando condições cirúrgicas na construção de gênero neste processo e não somente sobre readequação de sexo/genital;

Estimular parcerias junto a núcleos de estudos em universidades que promovam a discussão de orientação sexual e identidades de gênero através de eventos e práticas de extensão, sobretudo, nos cursos que envolvam as áreas de especificidades trabalhadas no ambulatório;

Criar uma política de incentivo no ministério da saúde em parceria com o Conselho Nacional de Medicina, que promova o engajamento a classe médica sobre especificidades e agilidade na cirurgia de redesignação sexual;

A construção de um Comitê Nacional com todos os ambulatórios credenciados para a padronização de protocolo padrão de dispensação de homônimos, no âmbito do processo transexualizador e fluxo de atendimento;

Propor a interiorização do processo transexualizador ou a garantia do tratamento fora do domicílio através da judicialização;

PAINEL:

NOVAS TECNOLOGIAS DE PREVENÇÃO E ESTRATÉGIAS DE APROPIAÇÃO DESTES MECANISMOS PARA PESSOAS TRANS (PREP/PEP – IMPORTÂNCIA DE DIAGNÓSTICO PRECOCE)

Propostas:

Propor Ministério da Saúde a divulgação de campanhas e ações e parcerias com as entidades que trabalham com população trans, promovendo ações mais diretas das novas tecnologias de prevenção e prevenção combinada, com foco na prostituição;

Aproveitar espaços dos ambulatórios para promoção de políticas de prevenção, com foco especial de dispensação da PrEP-PEP;

Treinar e capacitar os operadores das políticas públicas de saúde e funcionários das unidades básicas de saúde para atendimento das populações trans, sensibilizando sobre as identidades de gênero e diversidade em sexualidades;

Criar metodologias de ensino e capacitação sobre identidade de gênero e especificidade do universo da população trans sobre PrEP-PEP em estados;

Elaborar material didático e fomentar campanhas específicas sobre a pesquisa de PrEP-PEP e garantir a adesão, junto à população trans com a relação a prevenção combinada;

Criar mecanismos de apropriar nossa população e fortalecer as denúncias de transfobia na ouvidoria do SUS, garantindo o princípio da equidade, e garantindo as legislações e as portarias de respeito ao nome social;

Propor a realização de Chamadas públicas para financiar iniciativas para Organizações da Sociedade Civil implementarem projetos de respeito à identidade de gênero e prevenção ao HIV, IST e HV nos espaços de sociabilidade de travestis e transexuais, respeitando os contextos de vulnerabilidade.



I ENCONTRO NACIONAL DE HOMENS TRANS DA REDE TRANS BRASIL

TEMA: VISIBILIDADE PARA HOMENS TRANS - EXISTIMOS PORQUE RESISTIMOS

APRESENTAÇÃO

Diante a realidade brasileira no que se refere à população de travestis, mulheres trans e homens trans, podemos dizer que o Brasil tem avançado no que se diz respeito aos direitos desse segmento, mas também sabemos, que ainda assim, ele se encontra em primeiro lugar como o país que mais mata essa população no mundo. Não podemos deixar, então, que os avanços que vêm sendo aos poucos conquistados com o protagonismo das lutas desse movimento, ocultem todos os retrocessos e retiradas de direitos que pesam sobre essas pessoas.

Assim como a Rede Trans Brasil vem ocupando espaços que possibilitam discussões bem como propondo elaboração de projetos e ações voltadas para a efetivação de políticas públicas voltadas para a população trans, o Núcleo de Homens Trans da Rede Trans Brasil (NHT) tem trabalhado para garantir o empoderamento político e representatividade de pessoas transmasculinas, dentro dos espaços de governo e militância LGBTI, para que consigamos tirar as nossas pautas da invisibilidade e mostrar que nossa população também tem suas demandas específicas.

A partir disso, notamos que surgiu a necessidade de realizar do I Encontro Nacional de Homens Trans da Rede Trans Brasil com o objetivo de produzir o levantamento das demandas dos homens trans sobre as particularidades de cada região com base nos temas abordados nas rodas de conversa, e através da metodologia entre pares no debate e na troca de vivências protagonizadas por essa população e, por meio disso, elaborar de forma estratégica e coletiva as propostas bem como os planos de ações, que possam resultar em políticas públicas para esses homens, de forma que supra as deficiências que encontramos no sistema de promoção a saúde (sexual, reprodutiva e mental), educação, mercado de trabalho, segurança, entre outros.

O NHT acredita que com resistência, união, colaboração e protagonismo nesses espaços, conseguiremos avançar cada vez mais, e mais fortes. Acreditando nisso, é que o tema

pensado para o nosso primeiro encontro foi “Visibilidade para homens trans: Existimos porque resistimos”.

O evento teve o formato dos Workshops da Rede Trans Brasil, ou seja, dividido em rodas de conversas, que nortearam especificamente os principais assuntos referentes a essa população. Ao priorizarmos o protagonismo, o lugar de fala e a representatividade dos homens trans, o Encontro teve suas mesas temáticas compostas, em sua maioria, por homens trans. O I Encontro Nacional de Homens Trans da Rede Trans Brasil foi realizado na cidade de Aracajú-SE, do dia 1 a 4 de agosto de 2018.

PROGRAMAÇÃO

1º Dia – 01/08

Auditório do SINDIPETRO

Rua Siriri, 629, Centro – Aracaju/SE

19h00min

Mesa Magna de abertura

Convidados:

- Marina Reidel – Diretoria Nacional LGBT – Ministério dos Direitos Humanos.
- Representante da Coordenação de Direitos Humanos – Secretaria Estadual de Inclusão Social e Direitos Humanos.
- Ematuir Teles – Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.
- Dr. Sergio Barreto – Defensoria Pública do Estado de Sergipe
- Dr. Almir Santana – Coordenador Estadual de IST/AIDS – Secretaria de Estado da Saúde.
- Sra. Ângela Pires – Organização das Nações Unidas
- Cauã Cintra – Coordenador do Núcleo de Homens Trans da Rede Trans Brasil.
- Tathiane Araújo – Presidente da Rede Trans.

20h30min – Coquetel de lançamento da XVII Parada LGBT de Sergipe – Realização Astra – SE.

2º Dia – 02/08

Auditório do Hotel Algas Marinhas

Endereço: Av. Santos Dumont, 690, Atalaia - Aracaju/SE

9h00min às 12h00min – Planejamento estratégico das ações 2018/2019 das ações da Rede Trans Brasil para a população de Homens Trans.

12h00min – Almoço

Mesas temáticas

14h00min às 15h30min

1 – Violências diversas sofridas o desconhecimento da política pública e suas formas de combate.

Convidados:

- John Mesquita – Pós-graduando em Direito Criminal.
- Thiago Ribeiro – Pós-graduando em sexualidade, gênero e direitos humanos.
- Mediação / Provocação: Nathan Phellipe – Membro comitê LGBTfobia – RN.

15h30min às 17h00min

2 – Saúde psicológica e alto grau de suicídio: Os danos causados pela disforia, agravado pela inexistência de uma política de saúde qualificada.

Convidados:

- Miguel Marques – Graduando em Psicologia.
- Ematuir Teles – Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.
- Mediação / Provocação: John Mesquita – Pós-graduando em Direito Criminal.

17h00min às 18h30min

3 - Etnia: Um debate sobre o recorte racial e, a invisibilidade de homens trans negros.

Convidados:

- Ângela Pires – Organização das Nações Unidas
- Rafael Carmo – Conselheiro Estadual da Diversidade Sexual do Pará.
- Mediação / Provocação: Lúcio Mamede – ASTRA – SE.

3º dia - 03/08

09h00min às 10h30min

4 – Da hormonioterapia à cirurgia: Os efeitos esperados contra os danos colaterais.

Convidados:

- Nicolas Câmara – Médico Clínico do Núcleo de apoio a transição.
- Kelly da Silva - Ambulatório Lagarto.
- Mediação / Provocação: Arthur Costa – Pós-graduando em antropologia.

10h30min às 12h00min

5 – Direitos sexuais e reprodutivos: Uma conversa sobre saúde e prevenção para homens Trans.

Convidados:

- Rafael Carmo – Conselheiro Estadual da Diversidade Sexual do Pará – CEDS/PA.
- Cauã Cintra - Coordenador do Núcleo de Homens Trans da Rede Trans Brasil.
- Mediação / Provocação: Henrique Santos – Membro Rede Trans Brasil.

14h00min às 15h30min

6 – Papéis de gênero: Um debate sobre transfeminismo, transmasculinidades, machismo e suas consequências.

Convidados:

- Adriana Lohana – Mestre em Educação - PPGED - UFS.
- Valdilene Cruz Martins - Comissão do Direito da Mulher da OAB.
- Mediação / Provocação: Luca Hanie – Coordenador do grupo R-existência (GO).

15h30min às 17h00min

7 – Políticas Públicas em saúde, invisibilidade no conhecimento desta população e nas ações dentro da estrutura do SUS nas três esferas de gestão.

Convidados:

- Ramsés Rodrigues – Membro do Comitê Técnico de Saúde (GO).
- Nathan Phellipe – Membro comitê LGTBfobia (RN).
- Mediação / Provocação: Nicolas Augusto – Pesquisador na Área de Gênero e Sexualidade.

17h00min às 18h30min

8 – Ambiente escolar: As dificuldades e riscos enfrentados pelo homem trans do ensino básico ao superior.

Convidados:

- Marina Reidel – Diretoria Nacional LGBT – Ministério dos Direitos Humanos.
- Nicolas Augusto – Pesquisador na Área de Gênero e Sexualidade.
- Mediação / Provocação: Guilherme Nahum – Filiado a Rede Paraense de Pessoas Trans.

4º Dia – 04/08

9h00min às 11h30min – Encaminhamentos e aprovação das propostas de cada mesa temática.

11h30min às 12h00min – Ato de encerramento.

SEGUEM AS PROPOSTAS EXTRAÍDAS DOS PAINÉIS:

PAINEL: VIOLÊNCIAS DIVERSAS SOFRIDAS, O DESCONHECIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA E SUAS FORMAS DE COMBATE

Propostas:

Solicitar como prioridade da gestão pública a inclusão do tema gênero, identidades de gênero, transexualidade e mecanismos de abordagem da população, nos treinamentos e formações da Segurança Pública, com a participação da sociedade civil e área de direitos humanos das Defensoria Pública;

Solicitar como prioridade da gestão de segurança pública a reformulação do protocolo de denúncia e Boletins de Ocorrência (B.O.), visando respeitar as identidades de gênero de pessoas trans no Sistema Interno da Polícia Civil;

Solicitar como prioridade da gestão pública ao Ministério dos Direitos Humanos uma campanha nacional de combate à violência, com foco nas especificidades e vulnerabilidades que são realidades cotidianas dos homens trans, promovendo um diálogo permanente sobre violência com representantes de instâncias como: educação, saúde, trabalho, segurança pública, assistência social, e membros da sociedade civil, visando lançamento e divulgação desse produto com todas áreas envolvidas;

Solicitar como prioridade da gestão pública criação de um Programa de facilitação de isenção fiscal visando promover de Cotas para empregabilidade de Pessoas Trans.

PAINEL: SAÚDE PSICOLÓGICA E O ALTO GRAU DE SUICÍDIO: OS DANOS CAUSADOS PELA DISFORIA, AGRAVADO PELA INEXISTÊNCIA DE POLÍTICA DE SAÚDE QUALIFICADA

Propostas:

Solicitar como prioridade da gestão pública do Ministério da Saúde a discussão específica de prevenção ao suicídio entre pessoas trans e recomendar material e o mesmo seja elaborado em parceria com a sociedade civil e propondo que esse material seja propagado entre gestões municipais e estaduais;

Solicitar como prioridade da gestão pública do Ministério da Saúde política alimentada de dados qualificados e o preenchimento do cadastro individual, nos campos de identidade de gênero e condição sexual, bem como o sinal da violência autoprovocada e outros agravos;

Promover parceria junto ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) a elaboração estratégias conjuntas de prevenção ao suicídio entre pessoas trans e recomendar material que seja elaborado em parceria com a sociedade civil e propondo que esse material seja propagado as instâncias Regionais.

PAINEL: ETNIA: UM DEBATE SOBRE O RECORTE RACIAL E, A INVISIBILIDADE DE HOMENS TRANS NEGROS

Propostas:

Sugestionar aos organismos internacionais a inclusão de homens trans negros nas campanhas contra o racismo;

Sugestionar em espaços governamentais nas três esferas que trabalham com políticas de igualdade racial um olhar voltado às especificidades trans, incentivando a discussão da pauta junto a Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalho, etc., visando promover a inclusão social e diminuir a violência com a população trans negra.

Incidir junto ao Conselho de Equidade Racial (CONSEBIR) e criar conselho, Grupos de Trabalho (GT), para diminuir a violência contra a população trans negra.

PAINEL: DA HORMONIOTERAPIA À CIRURGIA: OS EFEITOS ESPERADOS VERSUS OS DANOS COLATERAIS

Propostas:

Solicitar estudos e relatórios, contendo os dados quantitativos dos acompanhamentos feitos pelos Ambulatórios Trans, afim de levantar os dados da população de Homens Trans;

Solicitar como prioridade da gestão pública viabilizar para que Homens Trans acesso através do SUS da mamoplastia masculinizadora outros meios como a ginecosmatia;

Solicitar a gestão pública a inclusão do medicamento “Undecanoato de Testosterona”, quando identificado como necessário nos medicamentos do Processo Transsexualizador, na Relação Nacional de Medicamentos (RENAME);

Solicitar como prioridade da gestão pública parceria junto ao conselho com supervisão do Ministério Público para fazer vistoria de mediação contida nos ambulatórios Trans;

Solicitar como prioridade da gestão pública do Ministério da Saúde estudos e à elaboração de material, que contenha informações sobre efeitos colaterais do uso dos hormônios para pessoas trans, a longo prazo.

PAINEL: DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: UMA CONVERSA SOBRE SAÚDE E PREVENÇÃO PARA HOMENS TRANS.

Propostas:

Solicitar como prioridade da gestão pública ao Ministério da Saúde a alteração do nome dos preservativos, para: “Preservativo Peniano” e “Preservativo Vaginal”;

Solicitar como prioridade da gestão pública um programa de saúde reprodutiva qualificado propicie a garantia do direito aos Homens Trans de congelar os óvulos para futura gestação;

Solicitar como prioridade da gestão pública acesso qualificado dos homens trans ao pré-natal, antes e após retificação;

Solicitar como prioridade da gestão pública a discussão de práticas e vida sexual de homens trans gays e incluir essa pauta nas estratégias de programa para essa população com práticas homossexuais;

Propor no Recadastramento do SUS com nome social e de pessoas já retificadas.

PAINEL: PAPÉIS DE GÊNERO: UM DEBATE SOBRE TRANSFEMINISMO, TRANSMASCULINIDADES, MACHISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Propostas:

Fomentar a criação de materiais institucionais de desconstrução do machismo;

Promover articulação e a discursão do combate ao machismo em eventos junto aos Homens Trans, visando combate aos que os mesmos sofrem e promovem.

PAINEL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO TRANS NAS AÇÕES DENTRO DA ESTRUTURA DO SUS NAS TRÊS ESFERAS DE GESTÃO.

Propostas:

Solicitar como prioridade da gestão pública a descentralização dos Ambulatórios Trans no atendimento referente à hormonioterapia de pessoas trans, ampliando esse serviço a Unidades Básicas de Saúde;

Solicitar como prioridade da gestão pública estudos e material qualificado, visando incidir junto à equipe pública que realiza o atendimento ginecológico de Homens Trans;

Solicitar como prioridade da gestão pública Inserir no programa “Saúde do Homem”, do Ministério da Saúde, as demandas específicas dos homens trans;

Solicitar como prioridade da gestão pública promover a sensibilização, visando garantir atendimento médico qualificado no SUS para pessoas trans em especialidades ditas exclusivas para homens e mulheres. (Ex: Ginecologista, Obstetra, etc.).

PAINEL: AMBIENTE ESCOLAR: AS DIFICULDADES E RISCOS ENFRENTADOS PELO HOMEM TRANS DO ENSINO BÁSICO AO SUPERIOR

Propostas:

Propor cotas em concursos públicos para Pessoas Trans, com permanência;

Solicitar ao Ministério da Educação que o temas “gênero” e “sexualidade” sejam inseridos no currículo escolar de forma obrigatória, do ensino fundamental ao superior e que também sejam produzidos livros didáticos;

Propor que no Questionário de Inscrição do ENEM seja inserida especificamente a afirmação no campo socioeconômico “transexual”;



CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA TRANS

IV WORKSHOP NACIONAL DA REDE TRANS BRASIL

RESISTÊNCIA E CONTROLE SOCIAL PELA GARANTIA DE NOSSAS CONQUISTAS.

14 A 17 DE DEZEMBRO DE 2018
GOIÂNIA - GO

LOCAL: UMUARAMA PLAZA HOTEL
RUA 4, 492 - ST.CENTRAL

REALIZAÇÃO:  Prefeitura de Goiânia  Rede Trans APOIO:  ANTRA-GO  ONU BR

The poster features a central illustration of four diverse individuals representing the transgender community. On the left, a person with long dark hair and a red top holds a megaphone. In the center, a person with a white turban and a pink top stands next to a person in a wheelchair. On the right, a person in a green top and shorts holds a sign that reads "SEREMOS RESISTÊNCIA". A large transgender flag is being held up by the group. The background is a light blue sky with a purple and pink crowd of people.

IV WORKSHOP NACIONAL DA REDE TRANS BRASIL

TEMA: RESISTÊNCIA E CONTROLE SOCIAL PELA GARANTIA DE NOSSAS CONQUISTAS

APRESENTAÇÃO:

A cidade de Goiânia sediou o **IV Workshop Nacional da Rede Trans Brasil**, nos dias 14 a 17 de dezembro de 2018.

O evento contou com a participação de lideranças de **Travestis, Homens e Mulheres Transexuais** de várias partes do Brasil para debater políticas públicas de promoção à cidadania, com o tema central **“Resistência e Controle Social pela garantia de nossas conquistas”**.

Na oportunidade foram debatidos temas importantíssimos para a nossa população como o tráfico de pessoas trans, saúde mental, ambulatórios do processo transexualizador, retificação civil, prevenção as IST, pessoas trans privadas de liberdade, entre outros.

As propostas foram divididas em 07 (sete) eixos centrais que foram debatidos em painéis expositivos e em plenária com lideranças de 25 (vinte e cinco) estados da federação brasileira.

PROGRAMAÇÃO IV WORKSHOP NACIONAL DA REDE TRANS BRASIL

14 de Dezembro de 2018

09h às 12h – Coleta Regional 2018 – 5 oficinas para levantamento de propostas regionais dos temas a serem discutidos no Workshop Nacional.

12 h – Almoço

13h30 -17h – Coleta Regional 2018 – 5 oficinas para levantamento de propostas regionais dos temas a serem discutidos no Workshop Nacional.

19 h MESA DE ABERTURA

- Leandro Nascimento - Gerência de Doenças e Agravos Transmissíveis de Goiânia - Prefeitura Municipal de Goiânia
- Milca Freitas - Coordenação Estadual de IST/HIV/AIDS – Governo do Estado de Goiás
- Victor Hipólito - Assessoria de Políticas LGBT– Prefeitura Municipal de Goiânia
- Fernanda Fernandes - Defensoria Pública do Estado de Goiás - Núcleo de Direitos Humanos
- Dra Mariluzza Terra Silveira – Coordenadora do Projeto Transexualismo da Faculdade de Medicina/Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás
- Tiago Ranieri – Ministério Público do Trabalho do Estado de Goiás
- Marina Reidel – Diretora Nacional LGBT – Ministério dos Direitos Humanos
- Andrezza Colatto – Secretária de Políticas para Mulheres – Ministério dos Direitos Humanos.
- Alicia Grugrer – Departamento de IST/AIDS – Ministério da Saúde.
- Roberta Fernandes – Presidente do Fórum de Transexuais de Goiás.
- Cauã Cintra – Coordenador de Homens Trans da Rede Trans Brasil.
- Tathiane Araújo – Presidente da Rede Trans Brasil.

15 de Dezembro de 2018

PAINEL 01: 9h às 10h30 – DA MORTE SOCIAL A FISICA, DIÁLOGO SOBRE O ADOECIMENTO MENTAL DE PESSOAS TRANS

- Luca Hanie – Coletivo (R)existência - GO
- Roberta Fernandes – Psicóloga /Presidente do Conselho LGBT de Goiás.
- Sisy Kelly – Secretária Trans Positiva Rede Trans Brasil-BH

Mediador- Provocador: Arthur Costa – Pós-Graduando em antropologia - PB

PAINEL 02: 10h30 ÀS 12h – DIAGNÓSTICO BRASIL DA SITUAÇÃO AMBULATORIAL – REFLEXO DO DESMONTE NAS AÇÕES DAS GESTÕES DE ESTADOS E MUNICÍPIOS.

- Cristiane Beatriz – Fórum de Transexuais de Goiás.
- Ramsés Rodrigues – Membro do Comitê Técnico de Saúde – GO
- Dra Mariluzza Terra Silveira -Coordenadora do Projeto Transexualismo da Faculdade de Medicina/Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás. Estágio no Gender Team da Free University of Amsterdam - Holanda em 2006. Foco atual de estudo: transexualidades.

Mediador-Provocador: Maria Eduarda – Assistente Social /ASTRA-SE

12 h – Almoço

PAINEL 03: 13h30 às 15h TORTURA NO SECULO XXI DESPREPARO E A RESPOSABILIDADE DO ESTADO COM PESSOAS TRANS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.

Marina Reidel – Diretora Nacional LGBT – Ministério dos Direitos Humanos. Washigton Dias –Presidente do Conselho Nacional LGBT

Marcelly Malta – Igualdade –RS

Mediador-Provocador: Nathan Phellipe – Atransparencia -RN

PAINEL 04: 15h às 16h30: AVANÇOS DO JUDICIÁRIO NO RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DA POPULAÇÃO TRANS BRASILEIRA, AS EXTRATÉGIAS DE ACESSO E DESBUROCRATIZAÇÃO DAS CONQUISTAS PELA POPULAÇÃO

Cauã Cintra – Coordenador do Projeto Pode Contar Conosco – ASTRA-SE, John Mesquita – Pós-Graduando em Direito Criminal – RJ

Dediane Souza – Coordenadora Adjunta de Políticas para Diversidade da prefeitura de Fortaleza

Mediador-Provocador: Nicolás Augusto - Coletivo (R)existência – GO

Intervalo 16h30 as 16h45

PAINEL 05: 16h45 às 18h15 – POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA COM FOCO NA PREVENÇÃO AO HIV/AIDS, HV E OUTRAS IST PARA A POPULAÇÃO TRANS QUE COMTEMPLEM AS NECESSIDADES E ESPECIFICIDADES - DA CONDIÇÃO BIOLÓGICA ÀS DIVERSAS POSSIBILIDADES DE ORIENTAÇÃO E VIDA SEXUAL

Alicia Grugrer – Departamento de IST/AIDS – Ministério da Saúde. Rafael Carmo – Rede Paraense de Pessoas Trans – PA

Rafaely Wisth – Dignidade –PR

Mediador-Provocador: Thiago Ribeiro – Pós-Graduando em sexualidade, gênero e direitos humanos - AM

16 de Dezembro de 2018

PAINEL 06: 9h às 10h30 - ESTIGMAS E AS ESTRATÉGIAS DE APROPIAÇÃO PARA REALIDADE DE PESSOAS TRANS DA PREP-PEP E IMPORTÂNCIA DE DIAGNÓSTICO PRECOCE. E AS DIFICULDADES DE ACESSO AS NOVAS TECNOLOGIAS DE PREVENÇÃO.

Sara Urubieta – Conselheira Nacional da Criança e do Adolescente –CONANDA - GO

Gilmara Cunha –Grupo Conexão G – RJ Samila Aires – Grupo de Apoio a Vida -CE

Mediador- Provocador: Rayana Meireles – Grupo Orientação –SP

PAINEL 07: 10h30 às 12h – DISCUTIR O TRÁFICO DE PESSOAS TRANS NO BRASIL APARTIR DA SUA VULNERABILIDADE E A OMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO NAS POLITICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL.

Tathiane Araújo – ASTRA-SE /Conselheira Nacional da Assistência Social –MDS.

Sílvia Reis – Presidente do Conselho LGBT de Roraima /Grupo Diversidade –RR.

Roberta Fernandes – Psicóloga /Presidente do Conselho LGBT de Goiás.

Mediador- Provocador: Joyçe Gomes– Assistente Social/ASSOTRAM – Associação de Travestis e Transexuais do Amazonas.

12h – Almoço

PLENÁRIA: 13h ÀS 16h – SÍNTESE DAS PROPOSITURAS REGIONAIS E A APROVAÇÃO DA CARTA DE RESISTÊNCIA, PELA EXISTÊNCIA DAS PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL

Samila Aires – Grupo de Apoio a Vida-CE, Cristiany Beatriz – Fórum Transexuais de Goiás
Cauã Cintra – ASTRA-SE

16h – Intervalo

16h15 às 18h30 – Reunião de filiadas da Rede Trans Brasil

18h 30 – ENCERRAMENTO DO EVENTO E ENTREGA DE CERTIFICADOS

AS PROPOSTAS EXTRAÍDAS IV WORKSHOP NACIONAL DA REDE TRANS BRASIL FORAM AS SEGUINTE:

PAINEL: DA MORTE SOCIAL A FÍSICA, DIÁLOGO SOBRE O ADOECIMENTO MENTAL DE PESSOAS TRANS

Propostas:

Criar mecanismos de parcerias público/privadas que garantam o direito assegurado à retificação de registro público da população Trans;

Fortalecer a Rede Trans com a construção do recorte para pessoas que se relacionam afetivamente com nossa população, garantindo espaço de fala e convivência em políticas públicas e no movimento;

Solicitar Inclusão no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) uma solicitação de campanha periódica de prevenção ao suicídio de pessoas trans em conjunto com os CRAS;

Formular parcerias junto às 3 esferas de governo, para a formação e continuação da equipe de humanização e médica, para acolhimento das necessidades de homens trans, mulheres trans e travestis;

Aprimorar junto aos canais de suicídio, controle de prevenção, na população trans, tendo em vista que os profissionais atuantes “cis” não têm conhecimento da demanda trans;

Propor a criação de políticas públicas para população Trans nas Secretarias de Assistência Social nos Estados e Municípios, respeitando as especificidades;

Propor a criação de um programa que tenha como foco qualificação profissional, empoderamento, empregabilidade e transferência de renda para a população Trans;

Propor a criação de políticas afirmativas de Cotas para Pessoas Trans nos concursos públicos;

Fomentar, fortalecer e fiscalizar as capacitações feitas dentro dos serviços ofertados pelos CRAS, CREAS, CAPS e UBS sobre Identidade de Gênero;

Propor e fomentar grupos de apoio para pessoas trans e seus familiares dentro dos Ambulatórios do Processo Transexualizador, em rede institucional, articulando com as UBS, CRAS, CREAS, SAE, Instituto de Ensino Superior e Universidades Federais;

Qualificar e fiscalizar os serviços feitos dentro das casas de apoio/acolhimento em que a população trans e travesti esteja residindo;

Propor e fortalecer o atendimento psicológico e psiquiátrico especializado para pessoas trans privadas de liberdade e semiaberto de forma contínua

Mapear e propor aos CAPS atendimentos reservados para pessoas trans e travestis em dias específicos.

Propor a construção de uma política de apoio psicossocial no âmbito nacional e repassar para os estados;

Implantar núcleos dentro dos CREAS voltado a cada demanda específica;

Promover formação nos equipamentos de Assistência Social, como casas de passagens, abrigos, CAPS e clínicas psiquiátricas, visando à qualificação do atendimento a pessoas trans assistidas, percebendo e respeitando as particularidades de cada indivíduo;

Propor a revisão nos protocolos clínicos psiquiátricos em conjunto com a psicologia nos casos de questões paralelas a hormonioterapia, tendo um olhar não medicamentoso compulsório, com o objetivo de perceber as demais práticas da/o paciente;

Promover debates nos espaços acadêmicos sobre o adoecimento mental das pessoas trans acadêmicas;

Fortalecer os espaços de sociabilidade com o intuito do aumento do vínculo das pessoas trans, para a troca e divulgação dos serviços e direitos sobre o tema da saúde mental;

Propor a criação de um Grupo Técnico de Trabalho composto por profissionais da psicologia, antropologia, serviço social, direito, psiquiatria e educação, que tenham uma formação transversal em gênero e sexualidade, para a formação de uma estratégia junto ao Superior Tribunal Federal.

PAINEL 2 – DIAGNÓSTICO BRASIL DA SITUAÇÃO AMBULATORIAL, REFLEXO DO DESMONTE NAS AÇÕES DAS GESTÕES DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Propostas:

Articular parceria com Hospitais Universitários para habilitar Ambulatórios do Processo Transexualizador pelo Brasil;

Produzir dados sobre o perfil dos usuários pelo Processo Transexualizador no SUS;

Garantir que haja pelo menos um profissional trans capacitado e especializado dentro das equipes multidisciplinares dos serviços do Processo Transexualizador;

Criar meios para que a população trans privada de liberdade tenha acesso ao Processo Transexualizador nas unidades prisionais;

Promover junto ao Ministério da Saúde, nos programas de Saúde da Família, que os serviços ambulatoriais do Processo Transexualizador possam ser atendidos nas UBS, pensando na hormonioterapia;

Articular junto ao Ministério da Saúde, governos estaduais, conselhos nacionais e estaduais, a qualificação, ampliação e criação de serviços ambulatoriais e hospitalares do processo transexualizador, descentralizando, pensando em macro-regiões estaduais;

Rever junto ao Ministério da Saúde o Data Sus, os bloqueios, códigos e procedimentos, junto aos serviços do SUS para pessoas trans já com retificação de prenome e gênero, a divisão dos sistemas por sexo anatômico/biológico;

Ampliar a divulgação dos direitos e serviços referentes ao Processo Transexualizador junto às pessoas trans, pensando na interiorização;

Propor ao Ministério da Saúde, junto com os órgãos reguladores, que reveja a questão da idade mínima para início do atendimento no Processo Transexualizador e a questão do bloqueio de puberdade;

Universalizar o sistema para que atenda às demandas de travestis, mulheres trans e homens trans;

Incidir junto ao Ministério Público e Defensoria Pública da União para a garantia do acesso a hormonoterapia, nos estados e municípios ampliando para pessoas trans privada de liberdade;

Propor a formação continuada dos profissionais na área de saúde, reformulando todo atendimento, com mais ética e sem transfobia;

Propor a reprodução assistida (congelamento de óvulos) e no caso da mulher trans (do esperma);

Propor a criação junto ao Ministério da Saúde de uma linha de cuidado para a saúde integral de pessoas trans;

Ampliar os ambulatórios do processo transexualizador;

Institucionalizar a política estadual de saúde integral LGBT, criando comitês e programas específicos; nas estruturas das Secretarias de Saúde dos estados;

Propor uma discussão qualificada em os serviços ambulatoriais sobre questões de hormonioterapia e suas especificidades através das necessidades das pessoas trans;

Solicitar a ampliação do atendimento ambulatorial da população trans a todas as capitais da federação .

Criar incentivos de pesquisa ambulatorial na rede de saúde, através de pesquisas, como forma da inviabilização da automedicação hormonal por pessoas trans, como forma de coibir danos à saúde pública, causadas por essa prática;

Combater os desmontes da saúde pública, voltada a população trans, criando ainda mecanismos de denúncias internacionais sobre esses desmontes e alicerçamento do tráfico de pessoas trans pela invisibilização através das faltas de políticas públicas.

PAINEL: TORTURA NO SÉCULO XXI: DESPREPARO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO COM PESSOAS TRANS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.

Propostas:

Articular e fiscalizar nos estados a construção de alas específicas para população trans e travestis dentro dos presídios femininos ou masculinos, de forma que assegurem a liberdade de escolha para qual unidade carcerária será colocada, conforme decreto vigente;

Solicitar como prioridade da gestão pública capacitar os profissionais do sistema penitenciário sobre identidade de gênero e suas especificidades;

Solicitar como prioridade da gestão pública implementar Comitês De Monitoramento do Sistema Penitenciário;

Solicitar como prioridade da gestão pública inserir nos formulários do sistema penitenciário e delegacias os campos de gênero de nascimento e gênero de auto identificação;

Propor ao Ministério da Saúde e Departamento Penitenciário (DEPEN)/ Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) promovam um mapeamento com a população carcerária trans, respeitando a segurança, privacidade, auto identificação de cada indivíduo com o olhar nas várias identidades e expressões de gênero, socioeconômico e étnico-racial; visando gerar índices do quantitativo de pessoas trans e travestis privadas de liberdade no Brasil além de levantar dados sobre suas principais demandas;

Propositar canal de diálogo coletivo e permanente (Grupo Técnico de Trabalho) junto ao Ministério da Justiça/DEPEN/SENASP e em parceria com Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público e Defensoria Pública, para pensar em estratégias, a fim de assegurar a integridade física para pessoas trans em privação de liberdade, principalmente em casos de violência sexual;

Solicitar uma revisão nos protocolos de abordagem policial, junto ao Conselho Nacional de Segurança (CONSEG) e Secretaria Nacional de Segurança Pública, nos casos de pessoas trans;

Solicitar como prioridade da gestão pública em promover a prevenção e combate de HIV/AIDS, ISTs e Hepatites virais no sistema prisional, observando o último boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde;

Criar um protocolo de periodicidade de testagens no ambiente prisional, com programa de capacitação e prevenção de IST, Hepatites virais e HIV/AIDS e redução de danos;

Incentivar a formação profissional que viabiliza a reinserção de pessoas trans e travestis que se encontram em situação de privação de liberdade;

Articular a resolução da Rede Trans junto ao Conselho Nacional de Justiça que viabiliza a garantia do respeito ao nome social, fisionomia, vestimentas e a identidade de gênero;

Propor a criação de Comitê dentro do Ministério da Justiça para discutir questão de presídio para pessoas trans;

Solicitar como prioridade da gestão pública a criação de instrumentos que contabilize e apresente as necessidades das pessoas trans que estão cumprindo pena;

Solicitar como prioridade da gestão pública Incluir no currículo de formação dos operadores de segurança pública o módulo de Direitos Humanos das Pessoas Trans;

Solicitar como prioridade da gestão pública a criação de protocolos nos presídios para agentes penitenciários para revista individual e respeitosa.

PAINEL 04: AVANÇOS DO JUDICIÁRIO NO RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DA POPULAÇÃO TRANS BRASILEIRA, ESTRATÉGIAS DE ACESSO E DESBUROCRATIZAÇÃO DAS CONQUISTAS PELA POPULAÇÃO

Propostas:

Fiscalizar os serviços ofertados pelos cartórios para fazer a retificação civil de pessoas trans junto às Defensorias Públicas e/ou Ministério Público;

Adicionar ao provimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) um aditivo que garanta a gratuidade na emissão da certidão no cartório de protesto;

Garantir que pessoas trans que desejem realizar a retificação de nome e gênero, que não residam em seu município de origem tenham isenção total ou parcial da taxa de envio por Central de Informações de Registro Civil entre os cartórios;

Solicitar revisão das exigências e documentações obrigatórias e facultativas no provimento do CNJ, para retificar nome e gênero das pessoas trans;

Propositar junto ao legislativo uma lei que reconhece a transfobia como crime de ódio, em assassinatos de pessoas trans com requintes de crueldade, como no “caso Dandara”;

Solicitar como prioridade da gestão pública a criação de cotas nos cursos superiores, programas de pós graduação e mercado de trabalho para travestis e transexuais;

Promover a discussão da pauta da despatologização junto ao judiciário;

Divulgar amplamente os direitos e deveres das pessoas trans junto ao próprio público.

PAINEL: POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA COMO FOCO DE PREVENÇÃO AO HIV/AIDS, HEPATITES VIRAIS E OUTRAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS PARA A POPULAÇÃO TRANS QUE CONTEMPLAM AS NECESSIDADES E ESPECIFICIDADES DA CONDIÇÃO BIOLÓGICA ÀS DIVERSAS POSSIBILIDADES DE ORIENTAÇÃO E VIDA SEXUAL

Propostas:

Solicitar como prioridade da gestão pública, políticas específicas para promover informação, prevenção, adesão e acolhimento ao tratamento do HIV/AIDS, HV, HPV e outras IST para a população de homens trans e pessoas transmasculinas, principalmente as/os profissionais do sexo, gays, ou que esteja em um relacionamento transcêntrico;

Solicitar como prioridade da gestão pública em nível das três esferas projetos de prevenção ao do HIV/AIDS, HV, HPV e outras IST, com o foco no trabalho entre pares;

Solicitar como prioridade da gestão pública a ampliação de campanhas e matérias sobre a prevenção do HIV/AIDS, HV, HPV e outras IST, para homens e mulheres trans e travestis;

Solicitar como prioridade da gestão pública o trabalho de prevenção HIV/AIDS, HV, HPV e outras IST dentro dos ambulatórios do processo transexualizador ou unidades de saúde que promovam o serviço;

Solicitar como prioridade da gestão pública que os ambulatórios e serviços públicos de saúde criem um mecanismo de pesquisa e levantamento de dados promovendo relatórios com índices da população trans e travestis, em especial vivendo com HIV/AIDS dentro do serviço;

Solicitar como prioridade da gestão pública a produção de pesquisas sobre o uso combinado de antirretrovirais e tratamento hormonal e seus efeitos nos corpos de pessoas trans e travestis que vivem com HIV/AIDS;

Solicitar como prioridade da gestão pública trabalhos específicos de incentivo as testagens de HIV/AIDS, HV e outras IST com a população trans e travesti privada de liberdade, população trans/travesti negra, população trans/travesti indígenas e pessoas trans/travesti em situação de rua;

Solicitar como prioridade da gestão pública estudo sobre interação medicamentosa, PEP/ PREP/3x1 versus hormonoterapia, drogas álcool, cocaína.

Solicitar como prioridade da gestão pública promover a capacitação continuada dos/ das profissionais de atenção básica e emergencial na rede pública de saúde, a fim de promover respeito à diversidade;

Solicitar como prioridade da gestão pública promover a capacitação específica com ginecologistas, urologistas, proctologistas, mastologistas e enfermeiros e técnicos sobre as especificidades dos corpos trans;

Articular com o Ministério da Saúde e Conselho Federal de Psicologia a garantia da determinação da despatologização das identidades trans com alteração do CID 10 para CID 11, respeitando suas especificidades;

Solicitar como prioridade da gestão pública campanhas para ampliação de acesso à Vacina Contra o HPV, especialmente para homens trans, após a idade preestabelecida pelo Ministério da Saúde;

Solicitar como prioridade da gestão pública Promover a capacitação contínua das UBS para o melhor atendimento e recepção das pessoas trans nos serviços de saúde.

PAINEL: ESTIGMAS E ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO PARA A REALIDADE DE PESSOAS TRANS DA PREPEPEPE A IMPORTÂNCIA DE DIAGNÓSTICO PRECOCE, E AS DIFICULDADES DE ACESSO AS NOVAS TECNOLOGIAS DE PREVENÇÃO

Propostas:

Solicitar como prioridade da gestão pública Descentralizar a dispensação da PREP/PEP das unidades de saúde das capitais dos estados para os municípios mais distantes, e garantir que os locais distribuíssem essas novas tecnologias preventivas todos os dias da semana;

Solicitar como prioridade da gestão pública solicitar a produção de campanhas e materiais que informem de forma consciente a adesão da PREP/PEP e seus efeitos colaterais e conjugados a hormônio terapia.

PAINEL: DISCUTIR O TRÁFICO DE PESSOAS TRANS NO BRASIL A PARTIR DA SUA VULNERABILIDADE E A OMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Propostas:

Implantar em todos os estados do Brasil Comitês municipais e estaduais que fiscalizem o enfrentamento ao tráfico de pessoas trans e travestis;

Implantar programas que promovam a inclusão e permanência de pessoas trans/travestis nos espaços educacionais e que haja também capacitações e encaminhamento para o mercado de trabalho;

Elaborar campanhas junto ao Ministério do Trabalho /Tribunais Regionais do Trabalho e empresas privadas que tornem o ambiente de trabalho receptivo e humanizado para acolher a pessoas trans/travestis.

Propor a redução de impostos para as empresas que contratarem pessoas trans/travestis, a exemplo das vagas específicas para Pessoas com deficiência;

Propor que os programas públicos de financiamento de empreendedorismo insiram a população trans e travesti como um dos grupos prioritários para acessar o serviço;

Propor a implantação de cotas para pessoas trans e travestis nos concursos públicos e programas de bolsa permanência ofertadas nas universidades federais;

Solicitar ao Ministério das Relações Exteriores a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhar e monitorar casos de pessoas trans migrantes e emigrantes;

Provocar o CIDH-OEA sobre a postura do estado brasileiro na ausência de cuidado e proteção, como trata a opinião consultiva tratado de San José 2017, referente às pessoas trans, do qual o Brasil foi signatário;

Solicitar como prioridade da gestão pública construir estratégias de combate ao tráfico com as especificidades de pessoas trans para a prostituição;

Solicitar como prioridade da gestão pública a construção de abrigos específicos nas capitais brasileiras para a população trans em contexto de vulnerabilidade social;

Solicitar como prioridade da gestão pública a criação de campanha publicitária, com acessibilidade para a população surda, muda, cega, e todas as outras necessidades especiais e não especiais para prevenção do tráfico de pessoas trans, interna e externa;

Solicitar como prioridade da gestão pública de estados e municípios a criação de um programa de enfrentamento e canal de Denúncias de Tráfico de Pessoas Trans.

